

Cosan S.A.
CNPJ nº 50.746.577/0001-15



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

A Cosan S.A. (“Cosan” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas no exercício social findo em 31/12/2025. O resultado é apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o ano de 2025 x 2024, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados (“release 4T25 e 2025”) em seu site: www.cosan.com.br.

1. Mensagem do Presidente

Encerramos o ano de 2025 ainda em um ambiente macroeconômico desafiador no Brasil e mesmo diante desse cenário, conseguimos dar passos fundamentais para o aprimoramento da estrutura de capital da Cosan e redução do endividamento. Concluímos a capitalização e entrada dos novos sócios estratégicos, reforçando nossa governança e aportando estabilidade de capital para o longo prazo. No portfólio de negócios, após um ano repleto de adversidades, as companhias controladas mostraram resiliência e adaptabilidade nos resultados operacionais, os quais estão detalhados na seção C. Desempenho do Portfólio do release 4T25 e 2025. Entramos no ano de 2026 com a simplificação da nossa estrutura organizacional e com pré-pagamento de dívidas, cujo principal totalizou aproximadamente R\$ 6,2 bilhões. Em Compass, anunciamos a intenção de fazer uma oferta pública de ações secundária, com foco em avançar exclusivamente na redução do endividamento da Cosan.

2. Resultados anuais

Cosan Consolidado

Apresentamos a seguir o resultado consolidado contábil de 2025 da Cosan e das suas unidades de negócio. Com exceção da Raízen (*joint venture* formada entre a Cosan e Shell e avaliada pelo método de equivalência patrimonial), todas as demais informações refletem a consolidação de 100% dos resultados das subsidiárias, independentemente da participação da Cosan (para mais informações veja a nota explicativa 9 “Investimento em controladas e coligadas” das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras”). É importante esclarecer que o segmento Cosan Corporativo representa a estrutura corporativa da Companhia que é composta por (i) administradores e equipes corporativas, que incorrem em G&A e outras despesas (receitas) operacionais, incluindo investimentos pré-operacionais; (ii) resultado de equivalência patrimonial dos ativos e (iii) resultado financeiro atribuído a caixa e dívidas da controladora, holdings intermediárias (Cosan Nove e Cosan Dez) e empresas financeiras *offshores*, entre outras despesas, como detalhado na nota explicativa 1 e 4 das Demonstrações Financeiras. Os quadros abaixo retratam a íntegra das informações prestadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Demonstração do resultado do exercício - R\$ MM	2025	2024	Variação
Receita operacional líquida	40.419	43.951	-8%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(27.243)	(30.236)	-10%
Lucro bruto	13.176	13.715	-4%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.378)	(4.421)	-1%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.161	1.550	n/a
Perda por redução ao valor recuperável	(1.494)	(3.155)	-53%
Resultado de equivalência patrimonial em controladas e coligadas	220	1.719	-87%
Resultado de equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(10.885)	(1.230)	n/a
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	-	(4.672)	n/a
Resultado financeiro	(7.791)	(8.750)	-11%
Imposto de renda e contribuição social	(2.203)	(3.191)	-31%
Operação descontinuada	-	274	n/a
Resultado líquido do exercício	(10.194)	(8.162)	25%

Resultado do exercício atribuído aos:

Resultado atribuído aos acionistas não controladores

Resultado atribuído aos acionistas controladores

Resultado líquido do exercício

Informações por segmento:

Resultado por unidade de negócio 2025	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	232.247	16.604	9.320	13.848	654	3	(232.247)	(11)	40.419
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(223.040)	(12.573)	(7.036)	(7.562)	(82)	-	223.040	11	(27.243)
Lucro bruto	9.207	4.031	2.284	6.286	572	3	(9.207)	-	13.176
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(8.386)	(1.079)	(2.217)	(696)	(96)	(290)	8.386	-	(4.378)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.469)	658	916	123	1.309	155	1.469	-	3.161
Perda por redução ao valor recuperável	(6.497)	-	-	(1.228)	-	(266)	6.497	-	(1.494)
Resultado financeiro, líquido	(9.130)	(1.638)	(322)	(3.025)	63	(2.870)	9.130	-	(7.791)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas e coligadas	(24)	116	-	102	-	2.275	24	(2.273)	220
Resultado de equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(178)	-	-	(7)	-	(10.878)	178	-	(10.885)
Imposto de renda e contribuição social	(5.839)	(629)	(104)	(689)	(186)	(595)	5.839	-	(2.203)
Resultado líquido do exercício	(22.315)	1.460	558	865	1.661	(12.465)	22.315	(2.273)	(10.194)
Resultado líquido do exercício atribuído aos:									
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(58)	330	168	608	1.165	(2.743)	58	-	(472)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(22.257)	1.130	390	257	496	(9.722)	22.257	(2.273)	(9.722)
Resultado líquido do exercício	(22.315)	1.460	558	865	1.661	(12.465)	22.315	(2.273)	(10.194)

Nota: Embora a Raízen S.A. seja uma *joint venture* registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna “Desconsolidação de controlada em conjunto”.

Apresentamos abaixo as alterações significativas das demonstrações de resultado:

Receita líquida

A receita operacional líquida consolidada da Cosan totalizou R\$ 40,4 bilhões em 2025, 8% menor em relação ao ano de 2024. A seguir os principais fatores que contribuíram para essa variação por segmento: A receita operacional líquida da Rumo foi de R\$ 13,8 bilhões em 2025, mantendo-se praticamente estável em comparação a 2024, devido à combinação de fatores operacionais e conjunturais. O desempenho refletiu maiores volumes transportados, apesar da redução na tarifa média. O principal vetor de crescimento foi a Operação Norte com destaque para a contribuição dos novos fluxos logísticos de celulose, combustíveis líquidos e bauxita, além do maior volume transportado na carteira de grãos. Na Compass, a receita operacional líquida totalizou R\$ 16,6 bilhões em 2025, uma queda de 10% em relação aos R\$ 18,4 bilhões registrados em 2024 refletindo, principalmente, a migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre. A Moove apresentou receita operacional líquida de R\$ 9,3 bilhões em 2025, 9% inferior em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi impactado, majoritariamente, pela redução nas vendas de lubrificantes, refletindo os impactos operacionais decorrentes do incêndio na planta do Rio de Janeiro. Apesar do cenário adverso, a companhia buscou mitigar os impactos por meio de estratégias de gestão de portfólio e otimização do mix de produtos, visando manter a competitividade e a eficiência operacional. Na Radar, a receita operacional líquida atingiu R\$ 654 milhões em 2025, representando uma redução em relação ao valor de R\$ 1,4 bilhão registrado em 2024, refletindo principalmente o menor número de propriedades agrícolas vendidas do portfólio versus o ano anterior.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados pelas controladas da Cosan somou R\$ 27,2 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando uma redução de 10% em relação ao ano anterior. Essa diminuição reflete, principalmente: (i) na Compass, a variação foi influenciada especialmente pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre; (ii) na Radar, o custo operacional apresentou uma redução de 89%, decorrente da menor quantidade de vendas de propriedades agrícolas em 2025; e (iii) na Moove, a queda foi de 4% no custo operacional, reflexo dos impactos do incêndio ocorrido em 2025 na planta do Rio de Janeiro.

Lucro bruto

Com base nos resultados apresentados, a Cosan registrou lucro bruto de R\$ 13,2 bilhões em 2025, representando uma retração de 4% em relação ao exercício anterior. Essa queda foi impulsionada, principalmente, pelo desempenho do segmento Moove, que sofreu impactos relevantes conforme mencionado mais acima. Além disso, o segmento Radar também contribuiu para a redução do lucro bruto, devido à menor quantidade de vendas de propriedades agrícolas ao longo do exercício versus o ano anterior.

Despesas com vendas, gerais, administrativas, Outras Receitas (despesas) operacionais e Perda por redução ao valor recuperável

As despesas com vendas, gerais, administrativas, outras receitas (despesas) operacionais e perda por valor recuperável consolidadas foram de R\$ 2,7 bilhões no exercício de 2025, apresentando uma redução em relação ao período anterior, sendo impactadas principalmente por: Na Rumo, as despesas com vendas, gerais, administrativas, outras receitas (despesas) operacionais e perda por valor recuperável totalizaram R\$ 1,8 bilhão no exercício de 2025 (-55%). Esse desempenho reflete o controle contínuo de despesas fixas e ganhos de eficiência na gestão de pessoal e operação, alinhados à disciplina operacional e à estratégia de otimização de custos da companhia. Adicionalmente, o resultado foi positivamente impactado por indenização por lucros cessantes na Malha Sul, pelo reconhecimento de créditos fiscais e perda pelo valor recuperável. Na Moove, as despesas com vendas, gerais, administrativas e outras receitas somaram R\$ 1,3 bilhão em 2025, sendo a redução impactada principalmente na linha de outras receitas pelo recebimento de indenizações por lucros cessantes e danos materiais relacionados ao incêndio ocorrido no início de 2025 na planta do Rio de Janeiro. Na Cosan Corporativo, as despesas gerais, administrativas, outras receitas (despesas) operacionais e perda por valor recuperável totalizaram R\$ 401,2 milhões, representando uma queda de 54% versus o mesmo período do ano anterior, devido especialmente (i) à redução de custos associados os encargos do programa de Incentivo de Longo Prazo, refletindo a queda do preço da ação; (ii) à recobrança das atividades realizadas pela holding de forma centralizada; e (iii) ao impacto da alienação parcial da participação na Vale realizado no ano de 2024.

Resultado financeiro

No ano de 2025, o resultado financeiro consolidado da Cosan totalizou despesa de R\$ 7,8 bilhões comparado a despesa de R\$ 8,8 bilhões em 2024. A redução se deve majoritariamente a: Na Rumo, o resultado financeiro totalizou R\$ 3,0 bilhões (+17%) impactado principalmente pelo custo da dívida líquida que apresentou acréscimo na comparação anual, refletindo o maior nível de endividamento e o efeito do CDI médio mais elevado. A alta das taxas de juros também contribuiu para o aumento da variação monetária dos passivos de concessão. Já, as demais receitas financeiras foram impactadas positivamente pela maior capitalização de juros capitalizados nos projetos de investimento em andamento. Na Compass, o resultado financeiro atingiu R\$ 1,6 bilhão em 2025, representando um crescimento de 92% em relação ao exercício anterior. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo maior custo da dívida, aumento na taxa de juros e efeito não recorrente de 2024, conforme detalhado no item 32 das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Compass. Na Cosan Corporativo, o resultado financeiro foi de R\$ 2,9 bilhões em 2025, um decréscimo de 44% em comparação a 2024, como reflexo especialmente (i) do resultado positivo da variação cambial dos bonds e menor efeito de juros decorrente da redução da dívida bruta; e (ii) incremento no rendimento de aplicações financeiras em função do maior saldo de caixa decorrente das duas ofertas públicas primárias de ações realizadas e venda do stake parcial em Rumo, realizadas em novembro e dezembro de 2025, respectivamente, além do cenário de juros mais elevado.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R\$ 10,7 bilhões no ano versus R\$ 4,2 bilhões em 2024, em decorrência, principalmente, do reconhecimento pontual e sem efeito caixa de impairment de determinados ativos da Raízen, reconhecidos em função da aplicação de procedimentos contábeis decorrentes da incerteza significativa quanto à sua continuidade operacional (*going concern*).

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 2,2 bilhões, 31% menor frente aos R\$ 3,2 bilhões registrados em 2024. A alíquota efetiva de impostos foi de 27,6% em 31 de dezembro de 2025, em comparação aos 60,8% do ano anterior. Essa redução deve-se, principalmente, aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias não reconhecidas, que totalizaram R\$ 2,4 bilhões, resultando em uma diminuição de 44% em relação ao mesmo período do ano anterior, que contemplou também a baixa dos prejuízos fiscais de períodos anteriores da controladora.

Resultado líquido

A Cosan encerrou o ano de 2025 com um prejuízo líquido consolidado de R\$ 10,2 bilhões, representando uma variação negativa de R\$ 2,0 bilhões versus 2024, reflexo, majoritariamente do reconhecimento contábil do valor recuperável de determinados ativos na Raízen.

3. Destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

A destinação do resultado será objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária, conforme nota explicativa 17 das Demonstrações Financeiras.

4. Capital humano

A segurança e o bem-estar seguem como prioridades na Companhia com a ambição permanente de zero acidentes. Nesse contexto, o indicador de segurança LTIF2 foi de 0,28 no ano de 2025 (estável em relação a 2024). A Cosan e suas investidas seguem focadas em manter padrões elevados de segurança em suas operações, com investimentos contínuos em treinamento, tecnologia e práticas seguras, além de benefícios de saúde que reforçam o cuidado com o bem-estar físico e mental das pessoas. A agenda de Desenvolvimento foi fortalecida com programas

e ações estruturadas para ampliar capacidades, desenvolver lideranças e apoiar a evolução dos colaboradores, conectando desenvolvimento de pessoas às prioridades estratégicas do negócio. Em Diversidade, foram mantidas as parcerias com o Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI+ e com a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, além de ter sido firmada parceria com o Movimento Mulher 360º, fortalecendo a atuação da Companhia em temas de equidade e inclusão. No final de 2025, a estrutura administrativa da Cosan passou por um processo de simplificação, levando a uma redução significativa no quadro de funcionários. Esse movimento gerou uma maior transferência de atividades da *holding* para as entidades operacionais. Em cumprimento com a Lei nº 15.177/2025, que altera a Lei nº 6.404/1976, a Companhia informa:

Mulheres empregadas por nível hierárquico	2025		2024	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Diretoria e acima	4	44%	5	50%
Gerência	7	30%	14	44%
Coordenação	26	79%	31	66%
Administrativo	29	66%	37	60%
Estágio	3	50%	3	75%

Mulheres que ocupam cargos na administração da Cosan	2025		2024	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Conselho de Administração	1	13%	2	22%
Diretores Estatutários	1	33%	1	25%

Proporção da remuneração de mulheres em relação à remuneração de homens por nível hierárquico¹	2025	2024
Diretoria e acima	127,7%	96,8%
Gerência	88,5%	90,4%
Coordenação	96,8%	101,2%
Administrativo	96,4%	88,4%
Estágio	100,0%	100,0%

Nota: (1) Valores consideram remuneração anual, com estimativa da remuneração variável de curto prazo. Para permitir comparabilidade, foram considerados apenas funcionários que tenham trabalhado os 12 meses do ano. Há diferença de nível hierárquico, senioridade, tempo de casa, performance entre outros fatores entre os colaboradores agrupados na mesma classificação. A segregação considera número mínimo de funcionários de ambos os gêneros em cada grupo, porém não foram incluídas funções muito específicas em que há funcionários de apenas um gênero. A Cosan reitera seu compromisso com a promoção da equidade de gênero, conforme diretrizes de sua política de diversidade, equidade e inclusão, e reforça que fomenta uma cultura interna que dissemina e respeita os valores e necessidades de todas as pessoas, sem distinção de cor, gênero, raça, religião, cultura, orientação sexual, condição física, aparência e idade.

5. Mercado de Capitais & Governança Corporativa

Em 2005, a Cosan ingressou no mercado de capitais, com suas ações negociadas no segmento de listagem “Novo Mercado” da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o *ticker* CSAN3. Atualmente, a Cosan também possui ADS (*American Depositary Shares*) negociados na NYSE (New York Stock Exchange) desde março de 2021.

Em novembro de 2025, os acionistas controladores da Companhia, Aguassanta Investimentos S.A. e Queluz Holding Limited, veículos da família do Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, celebraram acordo de acionistas com BTG Pactual Holding e Perfin Infraestrutura (em conjunto “Investidores”), bem como realizou duas ofertas públicas primárias de ações com a captação de R\$ 10,5 bilhões, visando fortalecer a estrutura de capital e reduzir o endividamento da *holding*. Os novos Investidores são grupos empresariais estratégicos que detêm investimentos diversos e em infraestrutura e visam contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e para a execução da estratégia da Companhia de longo prazo.

Após as ofertas públicas mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Cosan era representado por 3.966.570.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal - todas com direito a voto, conforme o regulamento do Novo Mercado da B3. A Administração segue comprometida com a constante evolução do ambiente de Governança. O Conselho de Administração é assistido por Comitês para tratar pautas prioritárias da Companhia, como o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário, órgãos independentes da Administração. A Cosan também conta com uma área dedicada à gestão de riscos, segurança da informação, controles internos e auditoria interna que fortalecem a governança da *holding* e também fornecem suporte às empresas do portfólio.

Adicionalmente, a Cosan adota os melhores procedimentos e práticas de mercado com objetivo de cumprir a legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às regras estabelecidas no Código de Conduta e nas políticas relacionadas à prevenção, detecção e mitigação de desvios, fraudes, corrupção, subornos, irregularidades e atos ilícitos, especialmente em relações com a Administração Pública. O Código de Conduta está disponível no site da Companhia (www.cosan.com.br)

6. Compromisso com a sustentabilidade

A Cosan divulga anualmente informações ambientais, sociais e de governança por meio do seu Relatório de Sustentabilidade, apresentando os temas prioritários de acordo com sua matriz de materialidade, além de abordar temas como gestão de riscos. Desde 2023, o relato das informações anuais de sustentabilidade segue o formato de Relatório Integrado da Cosan em conformidade com a Resolução CVM nº 14/20. Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (“ISSB”) emitiu as normas IFRS S1 - *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* e IFRS S2 - *Climate-related Disclosures*, que fornecem novos requisitos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima. A Companhia está tomando as medidas necessárias para o atendimento da norma, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme a Resolução 193 da CVM, emitida em outubro de 2023.

A Cosan também é signatária do Pacto Global da ONU, desde 2020, e foi destaque em importantes índices ESG: (i) no Carbon Disclosure Project (CDP), a Companhia evoluiu para a nota A no CDP Clima, um dos principais referenciais globais de transparência e gestão de riscos climáticos; e (ii) no S&P Global, a Companhia ingressou novamente no “Sustainability Yearbook 2026”, sendo reconhecida por estar entre as melhores companhias do seu setor com base no seu S&P Global ESG Score.

7. Investimentos em controladas e coligadas

Em conformidade com o artigo 243 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia informa que mantém investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas que atuam em áreas estratégicas de seus negócios. Esses investimentos estão registrados no balanço patrimonial e detalhados na Nota Explicativa 9 das Demonstrações Financeiras, que apresenta a composição do portfólio e as respectivas participações societárias. Os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, por meio do qual a participação da Companhia nos resultados e nas variações patrimoniais dessas investidas é reconhecida proporcionalmente em suas demonstrações financeiras. As principais empresas que compõem esse portfólio, bem como os valores investidos, estão evidenciadas no balanço patrimonial e serão apresentadas de forma resumida na tabela de investimentos abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de Reais		
Corporativo		
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	6.792	3.333
Cosan Nove Participações S.A.	6.491	7.153.309
Cosan Dez Participações S.A.	5.041.185	3.366.248
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	-	(251)
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	-	218
Cosan Oito S.A.	-	9.601.259
Cosan Global	103.057	129.764
Fundo Celeste de Investimento	490.295	-
Outros	24.796	31.413
Radar		
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.291.759	1.241.246
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	246.182	266.250
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	515.506	455.407
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	13.119	35.942
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	262.881	229.289
Terras da Ponte Alta S.A.	99.498	98.121
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	243.684	231.389
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	239.235	226.538
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	334.509	325.220
Tellus Brasil Participações S.A.	812.875	767.096
Janus Brasil Participações S.A.	1.286.450	1.198.363
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	197	735
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	147.453	143.697
Radar Gestão	-	-
Moove		
Moove Lubricants Holdings	1.211.742	1.325.556
Outros	142	460

Rumo		
Rumo S.A.	4.196.010	4.477.644
Total investimento em controladas	16.573.858	31.308.696

Corporativo		
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	(287)	—
Cosan Luxembourg S.A.	(371.031)	(263.722)
Total investimento passivo descoberto	(371.318)	(263.722)
Total	16.202.540	31.044.974

	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de Reais		
Rumo		
Rhall Terminais Ltda	7.586	7.297
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.710	4.297
TGG - Terminal de Grãos do Guarujá S.A.	15.733	16.423
CLI Sul S.A.	201.206	222.791
Terminal XXXIX S.A.	110.033	—
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	57.544	30.058

Compass		
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	657.347	653.687
CEG Rio S.A.	375.293	336.792
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	282.550	287.476

Corporativo		
Vale S.A.	—	9.112.136
Outros	9.306	7.609
Total	1.721.308	10.678.566

8. Relacionamento com o auditor independente

A Cosan contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda (PwC) para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras do exercício de 2025.

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditor Independente e de Serviços de Não Auditoria (“Política”) com o objetivo de estabelecer as regras relativas à contratação de auditores independentes e firmas de auditoria, incluindo as diretrizes e procedimentos para garantir a independência dos auditores independentes e prestadores de serviços de consultoria da Companhia, suas controladas, subsidiárias, joint venture e coligadas relevantes. A Política está disponível em <https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/governanca-corporativa/estatutos-politicas-e-codigos>. Durante o ano de 2025, houve contratação da PwC para outros serviços de auditoria independente relacionados às coligadas e controladas para a auditoria anual das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro de 2025 da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência estabelecido na Política.

Com base em referidos princípios, a PwC informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

9. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia

continua ➔

www.cosan.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→★ continuação					Cosan S.A. - CNPJ nº 50.746.577/0001-15												
Balanços patrimoniais (Em milhares de reais)																	
Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	15.383.305	2.201.267	27.243.683	16.903.542	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	481.367	347.032	3.918.720	4.403.148	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	481.367	347.032	3.918.720	4.403.148
Caixa restrito		-	-	45.781	28.006	Passivos de arrendamento	5.5	9.935	9.227	982.991	1.007.533	Passivos de arrendamento	5.5	9.935	9.227	982.991	1.007.533
Títulos e valores mobiliários	5.3	23.211	805.335	2.588.411	3.272.941	Instrumentos financeiros derivativos	5.6	369.813	1.074.991	1.909.404	2.504.117	Instrumentos financeiros derivativos	5.6	369.813	1.074.991	1.909.404	2.504.117
Contas a receber de clientes	5.7	-	-	3.520.278	3.730.364	Fornecedores	5.9	870	2.900	4.078.511	5.168.593	Fornecedores	5.9	870	2.900	4.078.511	5.168.593
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	72.145	18.402	310.981	905.341	Ordenados e salários a pagar		43.695	43.356	771.618	794.906	Ordenados e salários a pagar		43.695	43.356	771.618	794.906
Estoques	7	-	-	1.969.258	2.072.905	Imposto de renda e contribuição social correntes		15.369	18.514	153.310	414.823	Imposto de renda e contribuição social correntes		15.369	18.514	153.310	414.823
Receíveis de partes relacionadas	5.8	117.836	114.099	199.549	197.063	Outros tributos a pagar	14	34.951	78.197	525.208	637.842	Outros tributos a pagar	14	34.951	78.197	525.208	637.842
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		709.042	453.308	1.166.622	793.721	Dividendos a pagar	17	-	3.495	226.484	96.722	Dividendos a pagar	17	-	3.495	226.484	96.722
Outros tributos a recuperar	6	5.278	5.364	1.022.881	886.136	Redução de capital a pagar		-	-	-	486.285	Redução de capital a pagar		-	-	-	486.285
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	87.224	19.377	35.410	153.548	Concessões a pagar	13	-	-	189.076	166.273	Concessões a pagar	13	-	-	189.076	166.273
Redução de capital a receber		-	1.013.714	-	-	Pagáveis a partes relacionadas	5.8	233.562	210.620	320.916	416.410	Pagáveis a partes relacionadas	5.8	233.562	210.620	320.916	416.410
Ativos financeiros setoriais	5.10	-	-	338.332	221.947	Passivos financeiros setoriais	5.10	-	-	96.719	64.718	Passivos financeiros setoriais	5.10	-	-	96.719	64.718
Outros ativos financeiros		-	-	612	675	Outros passivos financeiros	5	-	-	1.096.884	770.103	Outros passivos financeiros	5	-	-	1.096.884	770.103
Outros ativos		74.506	50.896	993.667	629.426	Outras contas a pagar		-	-	1.192.397	895.223	Outras contas a pagar		-	-	1.192.397	895.223
		16.472.547	4.681.762	39.435.465	29.795.615			514.651	298.534	1.192.397	895.223			514.651	298.534	1.192.397	895.223
Ativos não circulantes mantidos para venda	8	531.734	796.211	652.168	978.788	Passivos relacionados a ativos não circulantes disponíveis para venda	8	-	-	-	86.138	Passivos relacionados a ativos não circulantes disponíveis para venda	8	-	-	-	86.138
Ativo circulante		17.004.281	5.477.973	40.087.633	30.774.403	Passivo circulante		1.704.213	2.086.866	15.462.238	17.826.696	Passivo circulante		1.704.213	2.086.866	15.462.238	17.826.696
Contas a receber de clientes	5.7	-	-	148.885	265.370	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	15.907.024	21.003.523	60.308.411	62.052.278	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	15.907.024	21.003.523	60.308.411	62.052.278
Títulos e valores mobiliários	5.3	307.177	-	404.182	113.360	Passivos de arrendamento	5.5	8.210	15.232	5.429.809	5.502.220	Passivos de arrendamento	5.5	8.210	15.232	5.429.809	5.502.220
Caixa restrito		186	-	182.987	146.297	Obrigações de recompra de ações de controlada	5.13	3.844.648	-	3.844.648	-	Obrigações de recompra de ações de controlada	5.13	3.844.648	-	3.844.648	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	1.378.628	1.758.410	3.703.864	4.495.296	Instrumentos financeiros derivativos	5.6	215.820	29.883	771.265	966.087	Instrumentos financeiros derivativos	5.6	215.820	29.883	771.265	966.087
Receíveis de partes relacionadas	5.8	102.476	292.882	20.348	202.826	Fornecedores	5.9	-	-	18.991	19.256	Fornecedores	5.9	-	-	18.991	19.256
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	195.821	264.308	Ordenados e salários a pagar		-	-	23.406	19.101	Ordenados e salários a pagar		-	-	23.406	19.101
Outros tributos a recuperar	6	35.278	35.177	1.815.830	1.334.553	Outros tributos a pagar	14	149.367	216.203	176.702	255.245	Outros tributos a pagar	14	149.367	216.203	176.702	255.245
Depósitos judiciais	16	351.904	416.969	1.072.982	1.056.690	Imposto de renda e contribuição social correntes		5.919	-	78.872	-	Imposto de renda e contribuição social correntes		5.919	-	78.872	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	134.239	1.547.093	1.956.127	2.893.987	Provisão para demandas judiciais	16	295.175	308.607	2.058.122	2.044.633	Provisão para demandas judiciais	16	295.175	308.607	2.058.122	2.044.633
Ativos financeiros setoriais	5.10	-	-	390.622	509.695	Concessões a pagar	13	-	-	3.799.169	3.554.917	Concessões a pagar	13	-	-	3.799.169	3.554.917
Outros ativos		128.894	140.594	919.706	739.386	Investimentos com passivo a descoberto	9.1	371.318	263.722	-	-	Investimentos com passivo a descoberto	9.1	371.318	263.722	-	-
Outros ativos financeiros		-	-	5.193	3.820	Pagáveis a partes relacionadas	5.8	5.397.919	7.052.404	1.166	1.078	Pagáveis a partes relacionadas	5.8	5.397.919	7.052.404	1.166	1.078
Investimentos em controladas e coligadas	9.1	16.573.858	31.308.696	1.721.308	10.678.566	Obrigações de benefício pós-emprego	23	386	279	536.426	526.620	Obrigações de benefício pós-emprego	23	386	279	536.426	526.620
Investimentos em controladas em conjunto	10	11.509	1.193.072	60.356	10.545.044	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	6.125.221	5.973.506	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	6.125.221	5.973.506
Imobilizado	11.1	30.303	39.038	26.795.725	23.019.016	Passivos financeiros setoriais	5.10	-	-	2.168.542	1.975.521	Passivos financeiros setoriais	5.10	-	-	2.168.542	1.975.521
Intangível	11.2	11.715	9.873	26.706.626	26.330.785	Receitas diferidas ou antecipadas		-	-	14.355	16.589	Receitas diferidas ou antecipadas		-	-	14.355	16.589
Ativos de contrato	11.3	-	-	1.044.613	1.114.830	Outros passivos financeiros	5	2.804.606	-	2.804.606	297.736	Outros passivos financeiros	5	2.804.606	-	2.804.606	297.736
Direito de uso	11.4	12.649	17.557	9.662.929	9.958.751	Outras contas a pagar		74.264	356.851	399.799	749.919	Outras contas a pagar		74.264	356.851	399.799	749.919
Propriedades para investimentos	11.5	-	-	18.221.781	16.818.919	Passivo não circulante	9.3	-	-	25.705.404	28.494.598	Passivo não circulante	9.3	-	-	25.705.404	28.494.598
Ativo não circulante		19.078.816	36.759.361	95.029.885	110.491.499	Total do passivo		29.074.656	29.246.704	88.559.510	83.954.706	Total do passivo		29.074.656	29.246.704	88.559.510	83.954.706
		36.083.097	42.237.334	135.117.518	141.265.902	Patrimônio líquido	17	30.778.869	31.333.570	104.107.886	101.867.540	Patrimônio líquido	17	30.778.869	31.333.570	104.107.886	101.867.540
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas																	
Demonstrações dos resultados (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)																	
Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado		Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado		Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Receita operacional líquida	19	-	-	40.418.596	43.950.742	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(9.129.119)	(8.893.751)	(7.991.285)	(5.245.119)						
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20	-	-	(27.242.987)	(30.236.061)												

★ continuação											
Cosan S.A. - CNPJ nº 50.746.577/0001-15											
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)											
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital Transações societárias - Lei 6.404/76	Transações de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros Legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos Acionistas controladores	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2024	8.682.544	(93.917)	737	2.561.227	314.325	58.802	9.431.589	-	20.955.307	30.025.873	50.981.180
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.423.795)	1.262.029	(8.161.766)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(303.494)	-	-	-	(303.494)	(90.157)	(393.651)
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	-	466.811	-	-	-	466.811	70.300	537.111
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	88.213	-	-	-	88.213	19.102	107.315
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	-	-	-	-	251.530	-	-	(9.423.795)	(9.172.265)	1.261.274	(7.910.991)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	150.000	-	-	-	-	-	(150.000)	-	-	-	-
Redução de capital em controlada	-	-	-	(60.111)	-	-	-	-	(60.111)	(634.660)	(694.771)
Pagamento baseado em ações	-	114.827	-	(202.625)	-	-	-	-	(87.798)	13.367	(74.431)
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores	-	-	-	(712)	-	-	-	-	(712)	1.141	429
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(566.401)	-	(566.401)	(2.382.267)	(2.948.668)
Ações próprias adquiridas	-	(190.593)	-	-	-	-	-	-	(190.593)	-	(190.593)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	118.975	-	(118.975)	-	-	-	-	-	-	-
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	574.598	574.598
Alienação de ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(372.030)	(372.030)
Plano de remuneração dos empregados liquidado com instrumentos patrimoniais	-	-	-	29.819	-	-	-	-	29.819	4.330	34.149
Total de contribuições e distribuições	150.000	43.209	-	(352.604)	-	-	(716.401)	-	(875.796)	(2.795.521)	(3.671.317)
Transações com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda na mudança de participação em controlada	-	-	-	(3.482)	-	-	-	-	(3.482)	2.972	(510)
Total de transações com os acionistas	-	-	-	(3.482)	-	-	-	-	(3.482)	2.972	(510)
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas	150.000	43.209	-	(356.086)	-	-	(716.401)	-	(879.278)	(2.792.549)	(3.671.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.832.544	(50.708)	737	2.205.141	565.855	58.802	8.715.188	(9.423.795)	10.903.764	28.494.598	39.398.362
Saldo em 1º de janeiro de 2025	8.832.544	(50.708)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	-	192.617	-	-	-	192.617	7.642	200.259
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(85.689)	-	-	-	(85.689)	30.652	(55.037)
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	-	-	-	-	5.903	-	-	-	5.903	(4.931)	972
Perda de valor justo de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado atribuível a alterações no risco de crédito	-	-	-	-	(38.132)	-	-	-	(38.132)	(23.847)	(61.979)
Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	-	-	-	15.000	(15.000)	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	15.000	59.699	-	-	(9.722.125)	(9.647.426)	(462.760)	(10.110.186)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital (Nota 17 (a))	2.100.000	-	-	8.170.000	-	-	-	-	10.270.000	-	10.270.000
Redução de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.215)	(11.215)
Ações próprias adquiridas (Nota 17 (b))	-	(34.022)	-	-	-	-	-	-	(34.022)	-	(34.022)
Pagamento baseado em ações	-	8.580	-	2.553	-	-	-	-	11.133	17.436	28.569
Absorção de prejuízos acumulados (Nota 17 (a))	(649.805)	-	-	-	-	(58.802)	(8.715.188)	9.423.795	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.831.692)	(2.831.692)
Plano de remuneração dos empregados liquidado com instrumentos patrimoniais	-	-	-	44.015	-	-	-	-	44.015	3.613	47.628
Total de contribuições e distribuições	1.450.195	(25.442)	-	8.216.568	-	(58.802)	(8.715.188)	9.423.795	10.291.126	(2.821.858)	7.469.268
Transações com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda na mudança de participação em controlada e outras transações (Nota 9.1)	-	-	-	(6.124.205)	-	-	-	-	(6.124.205)	376.393	(5.747.812)
Efeito proveniente de aumento de capital em controlada	-	-	-	(119.031)	-	-	-	-	(119.031)	119.031	-
Total de transações com os acionistas	-	-	-	(6.243.236)	-	-	-	-	(6.243.236)	495.424	(5.747.812)
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas	1.450.195	(25.442)	-	1.973.332	-	(58.802)	(8.715.188)	9.423.795	4.047.890	(2.326.434)	1.721.456
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.282.739	(76.150)	737	4.193.473	625.554	-	-	(9.722.125)	5.304.228	25.705.404	31.009.632
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas											

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Cosan S.A. ("Cosan" ou "a Companhia") é uma companhia aberta listada no segmento especial Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código de negociação "CSAN3". As *American Depositary Shares* ("ADSs") da Companhia estão listadas na *New York Stock Exchange* ("NYSE") e negociadas sob o código "CSAN". A Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. O acionista controlador final da Cosan é o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello. Em 31 de dezembro de 2025, o segmento Cosan Corporativo compreendia as seguintes entidades e suas principais características:

Cosan Corporativo

Cosan S.A. ⁽ⁱ⁾

Cosan Dez

Cosan Nove ⁽ⁱⁱ⁾

Compass

Rumo

Moove

Raizen

Radar

Consolidação

Offshores

Outros

88,00%

30,31%

70,00%

5,00%

39,06%

~30,00%

Cosan S.A. Controladora

Empresas operacionais

Holdings intermediárias e outras empresas não-operacionais

(i) Controladora: Entidade que exerce controle - por meio de participação societária direta ou indireta - sobre suas controladas e participa em empreendimentos em conjunto (*joint ventures*). Seu resultado é predominantemente impactado por despesas gerais e administrativas, constituição de provisões decorrentes de contingências, resultado de equivalência patrimonial e resultado financeiro relacionado ao endividamento corporativo. (ii) O Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") possui ações preferenciais que representam uma participação societária de 12,73% na Cosan Nove Participações S.A. ("Cosan Nove"), controlada pela Companhia, a qual possui participação direta de 39,06% na Raizen S.A. ("Raizen"). **Operações de ofertas públicas de ações:** Em setembro de 2025, a Cosan S.A. anunciou acordo estratégico com investidores âncora - representados pelas holdings Aguassanta e fundos institucionais do BTG Pactual e Perfín - para a realização de duas ofertas públicas primárias de ações. Como parte do arranjo, foi constituída a Vertiz Holding S.A. ("Vertiz"), nova holding que concentraria a participação conjunta desses investidores na Companhia. Em novembro de 2025, foram realizadas as ofertas ao preço de R\$ 5,00 por ação. A primeira oferta emitiu 1.812.500.000 ações ordinárias, incluindo hot issue de 362.500.000 ações, e captou R\$ 9.062.500.000. Os investidores âncoras subscreveram 1.450.000.000 ações por meio da Vertiz, com compromisso de lock-up de quatro anos para metade das ações e de cem dias para a outra metade. A segunda oferta emitiu 287.500.000 ações, incluindo hot issue de 100.000.000 ações, e captou R\$ 1.437.500.000, com direito de preferência aos acionistas detentores de ações em 19 de setembro de 2025. Em 7 de novembro de 2025, foi celebrado o acordo de acionistas entre as holdings Aguassanta, os fundos investidores e a Vertiz, com vigência de vinte anos, que estabeleceu voto vinculado para 1.125.184.190 ações (28,42% do capital social total, após as duas ofertas e excluindo ações em tesouraria). As ofertas totalizaram captação líquida de R\$ 10.270.000, da qual R\$ 8.170.000 foi destinada à reserva de capital e R\$ 2.100.000 ao capital social. Este último aumentou de R\$ 8.182.739 para R\$ 10.282.739 (Nota Explicativa 17), com emissão total de 2.100.000.000 novas ações. A captação líquida foi destinada ao fortalecimento da estrutura de capital, do perfil de crédito e da liquidez da Companhia e de suas controladas. As ofertas foram registradas automaticamente na CVM, sem lote suplementar ou estabilização de preços. Em 30 de janeiro de 2026, a Vertiz resgatou ações preferenciais nominativas das classes C e D, mediante a entrega de ações de emissão da Companhia aos respectivos titulares, reduzindo sua participação direta na Cosan de 36,56% para 24,19%. Assim, o FIP BTG Pactual Multiestratégia III (BPAC3) passou a deter 8,36% do capital votante da Cosan diretamente, além de outros fundos do BTG Pactual (1,31% e 0,86%) e do Perfín Rally FIP (1,83%). O bloco de acionistas mantém a mesma participação direta e indireta na Companhia e continuará votando de forma vinculada nas deliberações sociais.

2. Eventos relevantes e dívidas contraídas no exercício

2.1 Portfólio: **2.1.1 - Aquisição da DIPI Holdings Ltda. pela Moove:** Em 29 de setembro de 2024, a controlada indireta Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ("CLE" - segmento Moove) celebrou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das ações da DIPI Holdings Ltda. ("DIPI") pelo preço de R\$ 329.006. A transação foi concluída em 2 de janeiro de 2025, após o cumprimento de todas as condições precedentes. A Companhia realizou o reconhecimento da alocação do preço de aquisição aos ativos identificáveis e passivos assumidos, conforme detalhado na Nota Explicativa 9.2. **2.1.2 - Alienação da participação societária na Vale S.A.:** Em 16 de janeiro de 2025, a Companhia alienou 173.073.795 ações ordinárias da Vale S.A. ("Vale"), correspondentes a 4,05% do capital social, pelo montante líquido de R\$ 8.892.802, já deduzida a comissão de corretagem. Após essa transação, a Companhia manteve uma posição de 4.268.720 ações ordinárias da Vale, equivalentes a 0,10% do capital social, com valor contábil de R\$ 242.036. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo dessa posição remanescente, registrado em títulos e valores mobiliários, era de R\$ 307.177. Posteriormente, em 12 de janeiro de 2026, a Companhia alienou a participação remanescente pelo valor de R\$ 319.723. Adicionalmente, em 09 e 12 de janeiro de 2026, a Companhia liquidou antecipadamente a estrutura de derivativos do tipo *Call Spread*, referente a 4.268.720 ações. Essa operação resultou em um ingresso de caixa de R\$ 91.853. **2.1.3 - Incêndio na fábrica de lubrificantes da Moove:** Em 8 de fevereiro de 2025, ocorreu um incêndio no Complexo Ilha do Governador ("CIG") da Moove, localizado no Rio de Janeiro. O incidente afetou principalmente as áreas de fabricação e envase de lubrificantes acabados, que estavam inoperantes no momento do sinistro, representando 10% da área total do complexo. A Moove acionou imediatamente os protocolos de emergência e gerenciamento de riscos. As medidas de contenção, implementadas conforme o plano de contingência da empresa, foram eficazes para minimizar danos à estrutura, à comunidade local e ao meio ambiente. Não houve vítimas, feridos ou impactos ambientais identificados. A Moove iniciou prontamente seu plano de continuidade de negócios e, atualmente, opera em plena estabilidade suas atividades de mistura e enchimento por meio de seu ecossistema produtivo alternativo. **• Avaliação financeira do incêndio: a) Interrupção operacional:** O incêndio limitou-se à área de fabricação de lubrificantes acabados. Em 31 de dezembro de 2025, o plano de limpeza e liberação operacional da área atingida encontrava-se substancialmente concluído. As demais operações do CIG (operações a granel de lubrificantes e óleos básicos, terminais de tanques, operações marítimas e operações de pier) mantiveram-se em funcionamento sem interrupções. Para mitigar os impactos nas áreas afetadas, a Moove implementou as seguintes medidas: (i) Realocação das atividades de mistura e enchimento para outras plantas produtivas, incluindo parceiros terceirizados homologados. (ii) Ativação de alianças estratégicas para garantir a disponibilidade de produtos e a continuidade da cadeia de suprimentos. (iii) Utilização do estoque de segurança distribuído na rede de centros de distribuição. **b) Baixa de ativos fixos:** A Moove contratou uma empresa terceira especializada, com conhecimento de suas operações, para realizar inventário físico dos ativos sinistrados e não atingidos no CIG, com o objetivo de apurar a extensão real da perda, identificar e catalogar os ativos afetados e mensurar as perdas por baixa contábil (valor de custo líquido de depreciação acumulada), em conformidade com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Adicionalmente, a Moove realizou diligências internas e inspeções de campo na área diretamente impactada e em adjacentes expostas a calor intenso ou a produtos químicos utilizados no combate ao incêndio. Com base nesses trabalhos, foi reconhecida em 31 de dezembro de 2025 a baixa definitiva de ativos fixos sinistrados no montante de R\$ 51.288, registrada na demonstração do resultado em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. **c) Baixa de estoques:** Após o incidente, foi realizado levantamento das perdas de estoques, incluindo produtos alocados diretamente na área impactada e nas adjacências (que sofreram alterações qualitativas de origem química devido à exposição às altas temperaturas). Em 31 de dezembro de 2025, o total de perdas de estoques apurado foi de R\$ 35.996, com estorno de créditos de impostos relacionados à perda no montante de R\$ 11.406, totalizando R\$ 47.402 de perdas reconhecidas nos custos dos produtos vendidos. **d) Indenizações recebidas e a receber:** A Moove possui apólice de seguro vigente com cobertura para danos materiais e lucros cessantes. Foram realizadas análises técnicas e emitidos laudos independentes por peritos qualificados, além da emissão de carta de confirmação pelas seguradoras em 30 de junho de 2025, atestando a existência e o direito à cobertura securitária. A partir dessa data, a Moove passou a ter direito ao recebimento das indenizações por danos materiais e lucros cessantes. Para mensuração das indenizações, foram contratadas empresas independentes especializadas em cálculos securitários para sinistros de grande porte. Em 19 de dezembro de 2025, foi assinado o termo de quitação final entre as partes, assegurando o recebimento do integral da indenização do sinistro de perdas operacionais no montante de R\$ 933.683. Desse montante, R\$ 500.000 já havia sido recebido em 2025 a título de pagamento parcial. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de indenização securitária a receber reconhecido no ativo circulante da Companhia é de R\$ 433.683, em contrapartida a outras receitas operacionais no resultado. A totalidade desses valores foi liquidada pelas seguradoras durante o mês de janeiro de 2026. **2.1.4 - Reorganização societária da Rumo Malha Norte S.A.:** Em 19 de fevereiro de 2025, a Rumo S.A. ("Rumo") e a Rumo Malha Norte S.A. ("Rumo Malha Norte") aprovaram uma reorganização societária para simplificar sua estrutura. O processo envolveu a incorporação das ações dos acionistas não controladores da Rumo Malha Norte (0,26% do capital social) pela controladora Rumo, no montante de R\$ 18.774, tornando-a uma controlada integral, com os minoritários recebendo ações da Rumo em troca. Após o prazo de recesso em julho, a operacionalização da transferência de ações foi concluída em 14 de agosto de 2025. **2.1.5 - Redução de capital social Cosan Dez:** Em 27 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.013.760 referente à redução de capital da Cosan Dez Participações S.A. ("Cosan Dez"), aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024. **2.1.6 - Resgate de ações preferenciais da Cosan Nove:** Em 31 de março de 2025, a Companhia resgatou 1.087.179.567 ações preferenciais da Cosan Nove, anteriormente detidas pelo Banco Itaú, pelo montante de R\$ 2.169.000. Após a transação, as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, elevando a participação da Companhia na Cosan Nove para 87,27% com efeito de mudança de participação societária no montante de R\$ 975.073 (ver Nota Explicativa 9.1). **2.1.7 - Rescisão do acordo de venda de ações do Terminal XXXIX:** Em 5 de junho de 2025, a Rumo anunciou a rescisão do acordo de venda de ações do Terminal XXXIX de Santos S.A. ("Terminal XXXIX") em razão do não cumprimento de condições precedentes contratuais. A rescisão foi realizada sem ônus, multas ou obrigações de ressarcimento, mantendo-se a participação acionária de 50% da Rumo no Terminal XXXIX. Como consequência da rescisão, o investimento foi reclassificado de "ativo não circulante mantido para venda" para "investimentos em controladas". Foi reconhecido um ganho de equivalência patrimonial referente ao período corrente e retroativo durante o qual o ativo esteve classificado como mantido para venda, totalizando R\$ 50.877. **2.1.8 - Pagamento de dividendos da Rumo S.A.:** Em 11 de junho de 2025, a Rumo aprovou a distribuição de dividendos com base na reserva de lucros no montante de R\$ 1.500.000. O pagamento foi realizado em 25 de junho de 2025, tendo a Companhia recebido o montante de R\$ 455.893, sem atualização

monetária ou incidência de juros entre a data da aprovação e a data do efetivo crédito em conta. **2.1.9 - Venda de ações RAIL3 e total return swap:** Em dezembro de 2025, a Companhia alienou, por meio de leilão na B3, o total de 184.700.000 ações da Rumo, o que equivale a 9,94% de sua participação societária. Simultaneamente, nos dias 15 e 22 do mesmo mês, celebrou operações de Total Return Swap ("TRS") com o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e o BNP Paribas Brasil S.A. ("BNP"). Os contratos têm como ativo subjacente 92.500.000 e 92.200.000 ações ordinárias da Rumo (código B3: RAIL3), respectivamente, totalizando um valor nominal de R\$ 2.794.724. Os TRS, com vencimento em janeiro de 2027, conferem exposição econômica à variação do preço das ações e aos proventos distribuídos, em troca do pagamento de uma taxa equivalente ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") acrescida de spread. Os contratos foram reconhecidos como um financiamento, com ações da Rumo dadas em garantia, e esse passivo financeiro foi classificado e mensurado subsequentemente ao custo amortizado. Embora tenha havido alienação formal das ações no mercado, não houve transferência substancial de riscos e benefícios associados ao investimento original, em razão da contratação simultânea de TRS que devolvem à Companhia a exposição econômica integral às ações alienadas. Assim, não há desreconhecimento do investimento na controlada, permanecendo a contabilização integral da Rumo na consolidação. Ressalta-se que, na liquidação dos referidos contratos, não há qualquer obrigação de recompra das ações pela Companhia. O valor total da captação, líquido dos custos envolvidos, foi de R\$ 2.792.853. Após atualização de juros, o saldo final em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 2.804.606. **2.1.10 - Transações com acionistas preferencialistas da Cosan Dez:** Em 30 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Cosan Dez, os acionistas aprovaram (i) o aumento do capital social no montante de R\$ 153.592, mediante emissão de 30.675.567 ações ordinárias, sem valor nominal; e (ii) a distribuição de dividendos intercalares no valor total de R\$ 623.591, pagos exclusivamente aos acionistas titulares de ações preferenciais nominativas da Cosan Dez. Na mesma data, a Cosan Dez aprovou: (i) a recompra de ações preferenciais Classe A mediante pagamento de R\$ 3.577.760 ao Bradesco BBI S.A. ("Bradesco") com efeito de mudança de participação societária em R\$ 2.655.132 (ver Nota Explicativa 9.1); (ii) a criação de quatro novas classes de ações preferenciais - Classe A, Classe B, Classe C e Classe D - todas com direito de voto restrito; e (iii) a conversão voluntária de 174.856.299 ações ordinárias em ações preferenciais Classe A e de outras 174.856.299 ações ordinárias em ações preferenciais Classe B. Ainda em 30 de dezembro de 2025, a Cosan celebrou acordo de acionistas com Bradesco e BTG Holding, que estabeleceu os termos para a aquisição de 174.856.299 ações preferenciais Classe A pelo Bradesco, pelo valor de R\$ 2.000.000, e de 174.856.299 ações preferenciais Classe B pelo BTG, também pelo valor de R\$ 2.000.000. Ambos os contratos contêm cláusula de: (i) *put option*, que confere aos investidores o direito de exigir da Companhia a recompra das ações preferenciais a partir das datas previstas contratualmente; e (ii) *call option*, que confere à Companhia o direito de recompra das ações preferenciais nas datas previstas contratualmente. Considerando que o exercício da opção é economicamente inevitável após o prazo estabelecido, foi reconhecido passivo financeiro no valor de R\$ 3.844.648, correspondente ao valor presente da obrigação de recompra de ações emitidas pela controlada Cosan Dez, classificado como Passivo Não Circulante na rubrica de "Obrigação de recompra de ações de controlada". O investimento em Cosan Dez permanece integralmente reconhecido no Ativo Não Circulante, com os custos transacionais amortizados conforme o método da taxa efetiva (ver Nota Explicativa 5.13). Em 19 de fevereiro de 2026, o Bradesco exerceu o direito de conversão de suas ações preferenciais de classe B, representativas de 4,99% do capital social da Cosan Dez, em ações preferenciais de classe D, totalizando 11,50% do capital social da referida controlada. A operação foi realizada nos termos do acordo de acionistas vigente. **2.1.11 - Incerteza quanto à continuidade operacional da joint venture Raizen S.A.:** A Companhia detém participação relevante na Raizen, classificada como joint venture e avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Em 12 de fevereiro de 2026, a Raizen divulgou em suas informações contábeis intermediárias, incerteza significativa sobre sua capacidade de continuidade operacional (*going concern*). Diante desse cenário, a Raizen revisou as premissas utilizadas nos testes de recuperabilidade de seus ativos, procedendo aos ajustes e provisões necessários. Tais eventos, aliados ao elevado nível de endividamento, resultaram em prejuízos significativos e patrimônio líquido negativo de R\$ 1.132.503, em 31 de dezembro de 2025. Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não havia acordo formal de reforço de capital firmado. A administração da Companhia avaliou que tal evento não compromete a capacidade de continuidade operacional da própria Companhia, a qual mantém estrutura de capital sólida e liquidez adequada para honrar seus compromissos conforme vencimento. Com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2025, o investimento em Raizen foi reduzido a zero no balanço da Companhia, não tendo sido reconhecido passivo adicional, uma vez que a Companhia concluiu, em conjunto com seus assessores jurídicos, através de leitura de contratos, documentações societárias e outros documentos relacionados à Raizen, que não possui obrigações legais ou construtivas de suporte financeiro à Raizen. A evolução do processo de reestruturação societária e financeira da Raizen continuará a ser monitorada pela administração, com eventuais impactos a serem reconhecidos nos períodos em que ocorrerem. Em 4 de março de 2026, a Raizen divulgou fato relevante apresentando propostas para o fortalecimento de sua estrutura de capital. A Raizen pretende estabelecer um ambiente de negociação ordenado com seus credores financeiros para buscar uma solução consensual. Caso necessário, a implementação dessa solução ocorrerá por meio de processo de recuperação extrajudicial. **2.2 Dívidas:** **2.2.1 - Resgate antecipado de debêntures:** Em 22 de janeiro de 2025, a Companhia exerceu a opção facultativa de resgate antecipado da totalidade das debêntures da 1ª Série da 3ª Emissão. Tratava-se de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento original previsto para 2028. O valor total do resgate foi de R\$ 750.000, acrescido da remuneração *pro rata temporis*, calculada desde a data do último pagamento de juros até a data do resgate efetivo, e do prêmio de resgate previsto na escritura de emissão. **2.2.2 - Resgate antecipado do Senior Notes com vencimento em 2027 ("Bond 2027"):** Em 29 de janeiro de 2025, a Companhia comunicou ao mercado sua decisão de exercer a cláusula de resgate antecipado do Bond 2027. O resgate integral, no montante de U.S.\$ 392.000 mil, equivalente a R\$ 1.250.825 na data do efetivo pagamento, foi realizado em 14 de março de 2025, pelo valor de face dos títulos. **2.2.3 - Ofertas de recompra de Bonds e Debêntures:** Durante o exercício, a Companhia efetuou recompras parciais da 5ª e 6ª emissão de Debêntures e de títulos emitidos pela Cosan Luxembourg S.A. ("Cosan Lux"), especificamente os Bonds 2029, 2030 e 2031, conforme detalhado na tabela abaixo:

Títulos	Valor agregado do principal	Valor agregado pago na recompra	Juros pagos	Prêmio	Ganho/Perda
5,50% Senior notes - 2029	1.347.741	1.228.072	(30.487)	(67.135)	52.534
7,50% Senior notes - 2030	1.600.016	1.572.518	(17.055)	(80.379)	(52.881)
7,25% Senior notes - 2031	1.637.819	1.588.054	(18.008)	(82.112)	(32.347)
5ª e 6ª Debêntures	1.152.469	1.152.469	(52.384)	(17.714)	(17.714)

2.2.4 - Liquidações antecipadas: Em 12 e 13 de fevereiro de 2025, a Companhia efetuou a liquidação antecipada do Loan 4.131 e debêntures, nos montantes de U.S.\$ 600.000 mil (equivalente a R\$ 3.462.660) e U.S.\$ 300.000 mil (equivalente a R\$ 1.733.640), respectivamente. Os referidos empréstimos e debêntures foram originalmente contratados em fevereiro de 2024 e dezembro de 2023, respectivamente. Concomitantemente às liquidações antecipadas, foram encerradas as operações de TRS e depósito interfinanceiro (Time Deposit) que haviam sido estruturadas para a captação externa com hedge cambial dos respectivos recursos. Em 16 de janeiro de 2026 a Cosan S.A. comunicou o resgate antecipado total das debêntures da 1ª série da 4ª emissão e da 6ª emissão, ambas com data de resgate em 02 de fevereiro de 2026, conforme valores abaixo: **• 1ª Série da 4ª Emissão:** O valor total do resgate foi de R\$ 400.000, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo pagamento, e do prêmio. **• 6ª Emissão:** O valor total do resgate foi de R\$ 166.178, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo pagamento, e do prêmio. Além disso, a subsidiária Cosan Luxembourg S.A. exerceu a cláusula de call antecipado para os Bonds com vencimento em 2029, com resgate integral em 17 de fevereiro de 2026. A iniciativa faz parte da estratégia de gestão de passivos, visando reduzir o endividamento e melhorar a estrutura de capital da empresa. Em 02 de fevereiro de 2026, a Cosan S.A. comunicou ao mercado a continuidade do processo de gestão de passivos, conforme

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

As taxas efetivas das dívidas com derivativos associados estão discriminadas na Nota Explicativa 5.6. Para cálculo das taxas médias ponderadas, foi utilizada a curva de juros de mercado vigente em 31 de dezembro de 2025, com base anualizada. Todas as dívidas com vencimento determinado e denominadas em moeda estrangeira possuem cobertura cambial por meio de derivativos (Nota Explicativa 5.6), exceto o principal dos *Perpetual Notes*, que, por definição, não possuem vencimento contratual determinado. Os empréstimos, financiamentos e debêntures classificados como passivo não circulante apresentam o seguinte perfil de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1 a 2 anos	93.375	–	5.447.990	2.552.535
2 a 3 anos	3.637.693	350.462	10.633.687	7.551.156
3 a 4 anos	5.765.819	5.178.676	9.318.837	10.000.615
4 a 5 anos	2.659.260	4.501.383	8.465.402	12.429.311
5 a 6 anos	1.661.134	4.011.417	4.706.090	7.948.395
6 a 7 anos	1.107.222	5.371.352	4.533.240	6.100.666
7 a 8 anos	241.190	607.712	2.469.320	6.421.275
Acima de 8 anos	741.331	982.521	14.733.845	9.048.325
Total	15.907.024	21.003.523	60.308.411	62.052.278

Movimentação:

Saldo em 1º de janeiro de 2024

Captação

Amortização de principal

Pagamento de juros

Juros sobre obras em andamento

Aquisição de controladas

Juros, variação cambial e valor justo

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Captação

Amortização de principal

Pagamento de juros

Juros sobre obras em andamento

Aquisição de controladas (Nota 9.2)

Juros, variação cambial e valor justo

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Controladora

Consolidado

13.496.324

56.904.654

6.911.676

16.983.225

(1.160.058)

(12.187.560)

(1.697.950)

(4.759.976)

–

(128.520)

–

285.033

3.800.563

9.358.570

21.350.555

66.455.426

2.427.312

11.546.508

(7.148.782)

(14.293.953)

(1.676.686)

(4.732.362)

–

(120.575)

–

(77.002)

1.435.992

5.449.089

16.388.391

64.227.131

c) Garantias:

A controlada Rumo mantém contratos de financiamento com instituições de fomento destinados a investimentos em infraestrutura, garantidos por: • Fiança bancária, com um custo médio de 0,56% ao ano; ou • Garantias reais com alienação fiduciária de bens (ativos imobilizados) no montante de R\$ 1.390.404. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das fianças bancárias contratadas foi de R\$ 2.563.286 (R\$ 2.655.231 em 31 de dezembro de 2024). A Moove mantém garantias prestadas por instituições financeiras de primeira linha para obrigações perante terceiros, com custo médio anual de 3,90%. Em 31 de dezembro de 2025 nenhum dos empréstimos possuía garantias contratadas (R\$ 16.061 em 31 de dezembro de 2024). O total consolidado de empréstimos com garantias foi de R\$ 6.930.423 (R\$ 5.553.645 em 31 de dezembro de 2024). A Cosan não possui empréstimos com garantias reais ou fianças.

d) Linhas de crédito não utilizadas:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas dispunham de linhas de crédito não utilizada junto a instituições financeiras no montante de R\$ 1.133.276 (R\$ 1.510.231 em 31 de dezembro de 2024). A utilização dessas linhas está condicionada ao cumprimento de *covenants* e demais condições contratuais estabelecidas pelos credores.

e) Compensação de ativos e passivos financeiros:

A Companhia aplica compensação (*set-off*) no balanço patrimonial somente quando atendidos cumulativamente os seguintes critérios: • Existência de direito legal incondicional de compensar valores reconhecíveis; e • Intenção e prática de liquidar as posições de forma líquida ou simultânea. Nas operações estruturadas com *total return swap* (“TRS”) associado a emissões de debêntures, *time deposits* vinculados a *Loan 4.131* e *credit linked notes* (“CLNs”) atrelados a Notas de Crédito de Exportação (“NCEs”), a compensação é aplicada exclusivamente quando os contratos estabelecem mecanismo de liquidação líquida automática (*net settlement*) e as posições são mantidas com a mesma contraparte. Nessas situações específicas, os saldos são apresentados líquidos no balanço patrimonial, com os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

	Segmento	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
<i>Credit Linked Notes</i>	Rumo	5.627.660	6.334.168
<i>Time deposit</i>	Cosan Corporativo	–	3.718.105
<i>TRS</i>	Cosan Corporativo	<u>3.359.856</u>	<u>5.640.466</u>
Total		8.987.516	15.692.739
Passivos			
<i>NCEs</i>	Rumo	(5.627.660)	(6.334.168)
<i>Loan 4.131</i> ⁽ⁱ⁾	Cosan Corporativo	–	(3.718.105)
Debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	Cosan Corporativo	<u>(3.359.856)</u>	<u>(5.640.466)</u>
Total		(8.987.516)	(15.692.739)
Saldo Líquido		–	–

(i) O saldo do *Loan 4.131* foi liquidado conforme mencionado na Nota 2.2. (ii) O saldo de Debêntures foi liquidado em Janeiro de 2026.

5.5 Passivos de arrendamento: Política contábil: Na data de início do arrendamento, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente pelo valor presente dos pagamentos não efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando esta não puder ser determinada de forma prática, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Na ausência de taxa implícita determinável, a Companhia utiliza sistematicamente sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração inicial do passivo compreendem: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos que são fixos em essência; • Pagamentos variáveis baseados em índice ou taxa, mensurados inicialmente com base no índice ou taxa vigente na data de início; • Valores esperados a serem pagos pelo locatário decorrentes de garantias de valor residual; e • O preço de exercício de opção de compra, quando o locatário estiver razoavelmente certo de exercê-la, e multas por rescisão contratual, quando o prazo do arrendamento refleta a não intenção de rescisão pelo locatário. Para determinação da taxa de empréstimo incremental, a Companhia adota a seguinte metodologia: • Quando disponível, utiliza financiamento de terceiros recentemente obtido como referência inicial, ajustado para refletir alterações nas condições de mercado desde a contratação; • Para arrendamentos sem financiamento comparável recente, aplica abordagem de acumulação iniciada com taxa livre de risco, ajustada pelo spread de risco de crédito da Companhia; e • Realiza ajustes específicos conforme características do arrendamento: prazo, jurisdição, moeda funcional e existência de garantias reais. A taxa de empréstimo incremental (nominal) utilizada pela Companhia e suas controladas foi determinada com base em taxas de mercado ajustadas à moeda funcional e aos prazos contratuais específicos de cada operação. As taxas aplicadas variaram entre 4,25% e 13,73% ao ano, conforme prazo e moeda de cada contrato. Dois ou mais contratos de arrendamento são agrupados para fins de mensuração quando atendidas cumulativamente as seguintes condições: • Celebrados com a mesma contraparte ou parte relacionada; • Firmados em datas próximas; e • Possuírem obrigações contratuais interdependentes ou direitos de uso que constituam, em conjunto, um único componente econômico do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento não baseados em índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento gerador ocorre. A Companhia está exposta a aumentos futuros nos pagamentos variáveis indexados, os quais não são incorporados ao passivo até sua efetiva vigência. Quando ajustes indexados entram em vigor, o passivo de arrendamento é reavaliado pelo valor presente dos novos pagamentos utilizando a taxa de desconto original, com o ajuste correspondente reconhecido no ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre redução do passivo principal e encargos financeiros. Os encargos financeiros são reconhecidos em outras receitas (despesas) financeiras. Arrendamentos de curto prazo (prazo máximo de 12 meses) e arrendamentos de ativos de valor reduzido são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo contratual, sem reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento. Ativos de valor reduzido incluem equipamentos de tecnologia da informação e mobiliário de escritório de baixo valor unitário. Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia avalia todos os fatos e circunstâncias que criem incentivo econômico relevante para o exercício de opções de prorrogação ou não exercício de opção de rescisão. Opções de extensão são incluídas no prazo do arrendamento apenas quando o locatário estiver razoavelmente certo de exercê-las. Para arrendamentos de armazéns e equipamentos, os seguintes fatores são considerados determinantes para avaliação da probabilidade de extensão: • Existência de penalidades contratuais significativas para rescisão antecipada; • Expectativa de valor residual relevante de benfeitorias realizadas no imóvel arrendado; e • Custos operacionais de substituição do ativo e histórico de renovação de contratos similares. A maioria das opções de extensão em arrendamentos de escritórios e veículos não foi incorporada ao prazo do arrendamento, pois a substituição desses ativos pode ser realizada sem custos significativos ou interrupção material das operações. A mensuração subsequente do passivo de arrendamento é realizada pelo custo amortizado, utilizando a taxa implícita no contrato de arrendamento ou taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário. O passivo é reavaliado quando ocorrem: • Alterações nos pagamentos futuros decorrentes de revisão de índices ou taxas; • Mudanças na expectativa de pagamentos relacionados a garantias de valor residual; • Revisão da avaliação sobre o exercício de opções contratuais (compra, prorrogação ou rescisão); ou • Modificação contratual que altere substancialmente os pagamentos essencialmente fixos.

Hedge risco de câmbio

Instrumentos financeiros de dívidas

Instrumentos financeiros não dívida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(138.034)	1.534.278	(135.554)	1.319.512	1.912.553
(241.215)	(1.073.657)	(278.007)	(990.388)	–
(379.249)	460.621	(413.561)	329.124	–

Os instrumentos financeiros derivativos relacionados a operações de endividamento são utilizados exclusivamente para fins de cobertura econômica, não constituindo operações com finalidade especulativa.

a) Hedge de valor justo:

Por meio de suas controladas, a Companhia adota a contabilidade de *hedge* de valor justo para determinadas operações de endividamento. Existe relação econômica direta entre o item coberto (empréstimo a taxa fixa) e o instrumento de *hedge* (*swap* de taxa de juros/câmbio), com correspondência nos seguintes aspectos: • Montante notacional equivalente; • Prazo coincidente; e • Período de pagamento alinhado. A Companhia estabelece índice de cobertura próximo a 1:1, considerando a identidade do risco subjacente entre o derivativo e o componente de risco coberto do item protegido. A efetividade do *hedge* é avaliada pelo método da comparação de variações de valor justo, confrontando as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item coberto atribuíveis ao risco protegido. As principais fontes potenciais de inefetividade identificadas são: (i) Redução ou modificação do montante ou prazo do item coberto; e (ii) Alterações no risco de crédito da Companhia ou das contrapartes dos *swaps*. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(138.034)	1.534.278	(135.554)	1.319.512	1.912.553
(241.215)	(1.073.657)	(278.007)	(990.388)	–
(379.249)	460.621	(413.561)	329.124	–

Hedge risco de câmbio

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Objeto

	Rumo	US\$ + 5,30%	BRL	(2.791.600)	(2.575.368)	(2.631.834)	(230.520)	(519.686)
<i>Senior Notes</i> 2028	Rumo	US\$ + 4,20%	BRL	(2.824.075)	(2.570.510)	(2.418.140)	(193.000)	(687.411)
<i>Senior Notes</i> 2032	Rumo	SOFR + 1,30%	BRL	–	–	(25.341)	–	(131.663)
Total				(5.145.878)	(5.075.315)	(423.520)	(1.338.760)	–

Hedge risco de juros

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Objeto

	Comgás	IPCA + 3,25%	BRL	(708.331)	(600.312)	(678.785)	89.242	100.511
BNDES Projeto VIII	Comgás	IPCA + 6,80%	BRL	(300.000)	(280.866)	–	6.401	–
14ª Emissão - 1ª Série	Comgás	IPCA + 6,58%	BRL	(700.000)	(717.294) <td>–</td> <td>15.042</td> <td>–</td>	–	15.042	–
14ª Emissão - 2ª Série	Rumo	IPCA + 5,62%	BRL	(13.657.901)	(14.220.199)	(9.719.039)	(1.544.982)	(1.851.762)
Debêntures	Rumo	IPCA + 6,48%	BRL	(467.321)	(494.225)	(299.706)	(11.288)	(13.635)
ACF	Rumo	TLP + 2,06%	BRL	(19.096)	(21.469)	(25.764)	(1.810)	(2.212)
Finem	Rumo	IPCA + 0,94%	BRL	(898.651)	(814.423)	(874.513)	(78.121)	(63.520)
Total				(17.148.788)	(11.597.807)	(1.525.516)	(1.830.618)	–

Hedge risco de câmbio

Instrumentos financeiros derivativos

Swap de câmbio e juros

	Rumo	115% CDI <td>BRL</td> <td>2.791.600</td> <td>2.591.695</td> <td>2.852.107</td> <td>2.657.287</td> <td>2.707.334</td>	BRL	2.791.600	2.591.695	2.852.107	2.657.287	2.707.334
<i>Senior Notes</i> 2028	Rumo	106% CDI	BRL	2.824.075	2.612.445	2.801.555	4.039.312	3.926.328
<i>Senior Notes</i> 2032	Rumo	SOFR + 1,30%	BRL	–	–	–	25.341	124.097
Total				5.204.140	5.653.662	6.721.940	6.757.759	–

Instrumentos financeiros derivativos

BNDES Projeto VIII

14ª Emissão - 1ª Série

14ª Emissão - 2ª Série

Swap Debêntures

ACF

Finem

CCB

	Comgás	99,80% CDI <td>BRL</td> <td>708.331</td> <td>621.400</td> <td>712.630</td> <td>693.704</td> <td>795.268</td>	BRL	708.331	621.400	712.630	693.704	795.268
BNDES Projeto VIII	Comgás	90,30% CDI	BRL	300.000	312.530	308.633	–	–
14ª Emissão - 1ª Série	Comgás	88,27% CDI	BRL	700.000	729.019	719.685	–	–
14ª Emissão - 2ª Série	Rumo	104% CDI	BRL	13.657.901	14.412.764	14.027.253	10.016.793	10.377.790
Swap Debêntures	Rumo	96% CDI	BRL	467.321	499.641	519.387	304.962	318.827
ACF	Rumo	96% CDI	BRL	19.096	21.044	19.207	23.552	22.614
Finem	Rumo	64% CDI	BRL	898.651	822.384	903.152	882.930	946.589
Total				17.148.782	17.209.947	11.921.941	12.461.088	–

b) Opções a valor justo:

Determinados instrumentos financeiros não foram designados em relações de *hedge* contábil documentadas. Para eliminação de assimetria contábil (*accounting mismatch*), a Companhia optou por designar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial, determinados passivos financeiros para mensuração a valor justo por meio do resultado . Essa designação aplica-se ao próprio passivo financeiro (instrumento de *hedge*), não ao item coberto. As variações de valor justo decorrentes de fatores de mercado (taxa de juros, câmbio) são reconhecidas no resultado do exercício. A parcela da variação atribuível ao próprio risco de crédito da Companhia (*own credit risk*) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, como parte de outros resultados abrangentes.

	Indexador	Notacional	Valor contábil		Ajuste de valor acumulado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Risco de câmbio						
Objeto						
PPE - BofA (Moove)	SOFR + 1,40%	(100.000)	(549.611)	(620.690)	1.862	(13.554)
NCE - CITI (Moove)	SOFR + 1,30%	(50.000)	(282.516)	(320.606)	976	(4.164)
NCE - HSBC (Moove)	4,52%	(50.000)	(274.252)	–	1.283	–
<i>Senior Notes</i> 2027 (Cosan Lux)	USD + 7,00%	–	–	(2.475.674)	–	(1.540.318)
<i>Export Credit Agreement</i> (Rumo)	EUR + 0,58%	(12.685)	(4.526)	(38.525)	(8)	(713)
Scotiabank 2022 (Compass)	USD + 2,51%	–	–	(1.245.669)	–	3.580
Scotiabank 2023 (Compass)	USD + 4,76%	(749.310)	(828.619)	(926.262)	(625)	5.920
BNP Paribas 2024 (Compass)	EUR + 5,74%	–	–	(523.634)	–	(19.408)
Total			(1.939.524)	(6.151.060)	3.488	(1.568.657)

Risco de juros e inflação

Objeto

	BNDES Projetos VI e VII (Compass)	IPCA + 4,10%	(78.110)	(67.724)	(88.477)	2.844	3.288
BNDES Projeto VIII (Compass)	IPCA + 3,25%	(616.366)	(575.321)	(639.325)	41.068	39.439	
BNDES Projeto IX (Compass)	IPCA + 5,74%	(540.992)	(564.266)	(554.820)	46.209	54.110	
BNDES Projeto IX - Sub A (Compass)	IPCA + 5,74%	(292.893)	(291.576)	(287.962)	19.222	22.242	
BNDES Projeto IX - Sub A (Compass)	IPCA + 5,74%	(188.050)	(186.576)	(184.883)	9.574	10.864	
BNDES Projeto IX - Sub B (Compass)	IPCA + 6,01%	(301.483)	(299.933)	(295.695)	20.339	23.999	
4ª emissão - 3ª Série (Compass)	IPCA + 7,36%	–	–	(41.346)	–	718	
9ª emissão - 1ª Série (Compass)	IPCA + 5,12%	(500.000)	(575.279)	(512.946)	75.823	88.728	
9ª emissão - 2ª Série (Compass)	IPCA + 5,22%	(500.000)	(530.740)	(466.173)	120.271	133.379	
11ª emissão - 1ª Série (Compass)	IPCA + 6,38%	(750.000)	(757.552)	(685.420)	58.101	72.780	
11ª emissão - 2ª Série (Compass)	IPCA + 6,45%	(750.000)	(739.987)	(662.782)	68.957	85.912	
12ª emissão - Série única (Compass)	IPCA + 7,17%	(600.000)	(619.902)	(588.142)	(18.877)	(10.096)	
2ª emissão - Série única (Compass)	IPCA + 7,44%	(800.000)	(881.057)	–	3.057	–	
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,68%	(60.000)	(169.600)	(248.085)	(473)	(59.916)	
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,50%	(600.000)	(788.138)	(755.061)	(63.542)	(96.457)	
Total			(7.047.651)	(6.011.207)	382.573	368.990	

não reconhecido: • *Hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*): proteção contra risco específico associado a fluxos de caixa variáveis de ativo, passivo ou transação prevista altamente provável. No início de cada relação de *hedge*, a Companhia documenta formalmente: • A relação econômica de *hedge* entre o instrumento de cobertura e o item protegido; • O risco específico coberto e a estratégia de gestão de riscos; • O método para avaliação da eficácia do *hedge*. As variações de valor justo de derivativos são normalmente registradas no resultado, classificadas em “Outras receitas (despesas) financeiras”, exceto quando os derivativos são qualificados como *hedge accounting*, sendo registrados na respectiva rubrica do objeto de *hedge*. Os derivativos qualificados como *hedge* são classificados como Ativo Circulante ou Passivo Circulante quando o prazo remanescente do item coberto é inferior ou igual a 12 meses contados da data do balanço; caso contrário, são classificados como Ativo Não Circulante ou Passivo Não Circulante. A Companhia avalia a eficácia do *hedge* tanto no início quanto continuamente durante a vigência da relação. Sendo que qualquer inefetividade é registrada no resultado financeiro. **Compensação (*set-off*)** Ativos e passivos financeiros derivativos são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial somente quando cumulativamente atendidos os seguintes critérios: • Existência de direito legal incondicional de compensação (não contingente a eventos futuros); • Aplicabilidade do direito tanto em condições normais de negócio quanto em cenários de inadimplência, insolvência ou falência; e • Intenção e prática de liquidação líquida ou simultânea das posições. **Mensuração:** O valor justo dos derivativos é determinado com base nas seguintes fontes, conforme hierarquia estabelecida pelo CPC 48 (IFRS 13): • Nível 1: Cotações observáveis em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: Técnicas de avaliação que incorporam: (i) Preços de transações recentes em mercados comparáveis; (ii) Ajustes por liquidez e risco de contraparte (*credit valuation adjustment* - CVA); (iii) Projeções de taxas de mercado implícitas na curva de juros ou de câmbio (*forward rates*). Quando o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, a diferença é reconhecida no resultado do exercício como ganho ou perda de valor justo somente nos casos em que o derivativo seja classificado no Nível 1 da hierarquia de valor justo ou baseado em um método de mensuração que use apenas dados observáveis. Para os demais casos, a diferença deve ser diferida e reconhecida no resultado ao longo do tempo. No caso de derivativos classificados como passivos financeiros, a Companhia considera também o *debit valuation adjustment* (DVA), que reflete o risco de crédito próprio da entidade na determinação do valor justo. A Companhia utiliza instrumentos derivativos, notadamente *swaps*, cujo valor justo é determinado com base em fluxos de caixa descontados utilizando curvas de mercado observáveis, para gestão de exposições aos riscos de câmbio, taxa de juros e inflação. Os derivativos são classificados conforme sua finalidade econômica e qualificação contábil para *hedge*.

	Controladora				Consolidado			
	Nacional		Valor justo		Nacional		Valor justo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Derivativos de taxa de câmbio								
Contratos a termo ⁽ⁱ⁾	-	942.987	-	18.402	(3.082)	1.042.896	(3.498)	28.392
Contratos de opções cambiais	-	-	-	-	328.500	411.000	4.739	3.096
	-	942.987	-	18.402	325.418	1.453.896	1.241	31.488
Derivativos de commodity								
Contrato a termo - NDF	-	-	-	-	8.610	21.174	(5.808)	(7.158)
	-	-	-	-	8.610	21.174	(5.808)	(7.158)
Risco de taxa de câmbio e juros								
Contratos de Swap (juros) ⁽ⁱⁱ⁾	350.000	350.000	14.965	(4.705)	350.000	6.453.930	14.965	(364.783)
Contratos de Swap (juros e câmbio) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	8.554.135	13.686.022	(152.998)	1.520.581	18.507.533	20.195.459	(560.354)	1.912.553
Contratos de Swap (juros e inflação) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	-	23.329.194	12.247.351	377.611	(246.660)
	8.904.135	14.036.022	(138.033)	1.515.876	42.186.727	38.896.740	(167.778)	1.301.110
Risco de preço da ação								
Contratos de Swap - (TRS) ^(iv)	709.561	1.817.821	(360.530)	(1.073.657)	709.561	1.817.821	(360.530)	(1.073.657)
Call Spread ^(iv)	5.594.212	-	119.314	-	5.594.212	4.667.709	119.314	77.341
	6.303.773	1.817.821	(241.216)	(1.073.657)	6.303.773	6.485.530	(241.216)	(996.316)
Total dos instrumentos financeiros								
Ativo circulante			72.145	18.402			310.981	905.341
Ativo não circulante			134.239	1.547.093			1.956.127	2.893.987
Passivo circulante			(369.813)	(1.074.991)			(1.909.404)	(2.504.117)
Passivo não circulante			(215.820)	(29.883)			(771.265)	(966.087)
Total			(379.249)	460.621			(413.561)	329.124

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Indexador	Nocional	Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024
Risco de câmbio				
	Instrumentos derivativos			
	PPE - BofA (Moove)	CDI + 0,79%	100.000	10.069
	NCE - CITI (Moove)	CDI + 0,60%	50.000	(9.119)
	NCE - HSBC (Moove)	CDI + 0,50%	50.000	(2.295)
	Swap Senior Notes 2027 (Cosan Lux)	BRL + 114,66% CDI	-	-
	Swap de câmbio e juros (Rumo)	BRL + 108% CDI	12.685	6.000
	Scotiabank 2022 (Compass)	CDI + 1,20%	-	95.971
	Scotiabank 2023 (Compass)	CDI + 1,30%	749.310	69.736
	BNP Paribas 2024 (Compass)	CDI + 1,30%	-	55.805
Total			74.391	658.868
Risco de juros e inflação				
	Instrumentos derivativos			
	BNDES Projetos VI e VII (Compass)	87,50% CDI	78.110	(3.048)
	BNDES Projeto VIII (Compass)	82,94% CDI	616.366	(42.744)
	BNDES Projeto IX (Compass)	98,90% CDI	540.992	33.502
	BNDES Projeto IX - Sub A (Compass)	95,55% CDI	292.893	1.745
	BNDES Projeto IX - Sub A (Compass)	92,35% CDI	188.050	783
	BNDES Projeto IX - Sub B (Compass)	98,49% CDI	301.483	1.149
	4ª emissão - 3ª Série (Compass)	112,49% CDI	-	-
	9ª emissão - 1ª Série (Compass)	109,20% CDI	500.000	37.108
9ª emissão - 2ª Série (Compass)	110,60% CDI	500.000	(7.512)	
11ª emissão - 1ª Série (Compass)	100,45% CDI	750.000	(37.594)	
11ª emissão - 2ª Série (Compass)	99,70% CDI	750.000	(48.653)	
12ª emissão - Série única (Compass)	95,66% CDI	600.000	44.360	
2ª emissão - Série única (Compass)	97,40% CDI	800.000	(14.363)	
Debêntures (Rumo)	107% CDI	60.000	24.126	
Debêntures (Rumo)	103% CDI	600.000	179.919	
Total			168.778	(67.588)

c) Hedge de fluxo de caixa: Compass: A controlada indireta Edge Comercialização S.A. (“Edge”) realizou operações de venda de gás natural com preços indexados ao Brent. Para mitigar a exposição à volatilidade desse indexador, a Edge designou formalmente tais contratos como relações de *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*). A controlada indireta Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo (“TRSP”) adotou a contabilidade de *hedge* para se proteger contra a variabilidade de caixa decorrente do risco cambial. A estratégia consiste em utilizar um passivo de arrendamento em dólares, já contratado, como proteção para receitas futuras altamente prováveis, também em dólares, projetados para um horizonte de 20 anos, com vencimento em 2043. Os ganhos e perdas efetivos de hedge são reconhecidos inicialmente em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado do exercício quando os fluxos de caixa *hedged* ocorrerem efetivamente. **Rumo:** Com o objetivo de mitigar os efeitos da volatilidade cambial sobre os fluxos de caixa futuros altamente prováveis, a controlada Rumo contratou instrumentos financeiros derivativos, na forma de *swaps* cambiais, e efetuou a designação de *hedge* de fluxo de caixa. A relação de *hedge* foi documentada no início da operação, com demonstração de eficácia prospectiva e avaliação retrospectiva subsequente. Os efeitos do *hedge* são reconhecidos no patrimônio líquido, em “Outros Resultados Abrangentes”, e reclassificados para o resultado do período quando os fluxos de caixa *hedged* ocorrerem efetivamente. O impacto dos itens protegidos por *hedge* no balanço patrimonial é apresentado abaixo:

	Controlada	Risco	Unidade	Nocional	Valor contábil	
					31/12/2025	31/12/2024
Futuro	Edge	Preço	BRL	2.596	(4.654)	-
Arrendamentos	TRSP	Câmbio	BRL	3.409.281	(208.509)	(446.224)
Swap de câmbio e juros	Rumo	Câmbio	BRL	1.044.127	(109.510)	-
Total					(322.673)	(446.224)
(-) Tributos diferidos					109.709	151.716

O efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:

	Controlada	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Designações	Receita	Custo	Resultado financeiro	Saldo em 31 de dezembro de 2025
NDF de commodities	Edge	-	(17.742)	-	9.027	4.061	(4.654)
Arrendamentos	TRSP	(446.224)	224.319	11.666	-	1.730	(208.509)
Swap de câmbio e juros	Rumo	-	(169.196)	-	59.686	-	(109.510)
Total		(446.224)	37.381	11.666	68.713	5.791	(322.673)

As fontes de inefetividade na contabilização de hedge, embora historicamente imateriais, podem decorrer dos seguintes fatores: 1. Desalinhamentos temporais entre os fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*; 2. Uso de índices de referência distintos, resultando em curvas de risco diferenciadas entre os itens protegidos e os instrumentos de *hedge*; 3. Efeitos distintos do risco de crédito das contrapartes e da própria entidade na variação do valor justo dos instrumentos de hedge e dos itens protegidos; 4. Mudanças nas projeções dos fluxos de caixa esperados dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*. A Companhia monitora continuamente as fontes de inefetividade, utilizando análises quantitativas e qualitativas para avaliar os impactos no valor justo e na eficácia do hedge. Essas práticas estão alinhadas com as políticas contábeis e de tesouraria. **5.7 Contas a receber de clientes: Política contábil:** As contas a receber de clientes são reconhecidas quando a Cosan tem direito incondicional a contraprestação pela transferência de bens ou serviços ao cliente (direito a contraprestação incondicional). São mensuradas inicialmente ao valor justo da contraprestação a receber, geralmente equivalente ao valor da transação, ajustado por: • Descontos comerciais concedidos; • Devoluções esperadas (direito de devolução do cliente); • Componentes de financiamento significativos (ajuste pelo valor presente quando o prazo de pagamento excede 12 meses. Após o reconhecimento inicial, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado aplicando o método da taxa efetiva de juros. **Perdas de crédito esperadas (Expected Credit Losses - ECL)** A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas utilizando abordagem de perdas esperadas em estágios: • Estágio 1: Contas a receber com risco de crédito não aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial - provisão calculada com base nas perdas de crédito esperadas nos próximos 12 meses; • Estágios 2 e 3: Contas a receber com risco de crédito aumentado significativamente ou em inadimplência - provisão calculada com base nas perdas de crédito esperadas durante toda a vida útil remanescente do ativo. Os recebíveis são agrupados em *pools* homogêneos com base em características de risco de crédito similares (segmento de cliente, prazo de pagamento, histórico de inadimplência e setor econômico). As taxas de perda são determinadas com base em: • Histórico observado de perdas de crédito em períodos anteriores; • Ajustes para refletir condições atuais (ex.: deterioração do setor do cliente); e • Previsões razoáveis e sustentáveis de condições econômicas futuras (ex.: PIB, taxa de desemprego, ambiente regulatório). A provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesa de vendas.

	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno		3.099.186	3.220.315
Receita não-faturada ⁽ⁱ⁾		760.602	853.993
Mercado externo - moeda estrangeira		79.358	134.127
		3.939.146	4.208.435
Provisão para perdas de crédito esperadas		(269.983)	(212.701)
		3.669.163	3.995.734

Circulante

	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		3.520.278	3.730.364
		148.885	265.370
		3.669.163	3.995.734

(i) A receita não faturada refere-se à parte estimada do fornecimento e comercialização de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
A vencer		3.393.659	3.615.094
Vencidas			
Até 30 dias			224.168
De 31 a 60 dias			44.869
De 61 a 90 dias			28.226
Mais de 90 dias			248.224
Provisão para perdas de crédito esperadas			(269.983)
			3.669.163

As alterações nas perdas de crédito esperadas são as seguintes:

	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro de 2024			(161.108)
Combinação de negócios			(17.606)
Adições/reversões			(54.882)
Baixas			20.895
Saldo em 31 de dezembro de 2024			(212.701)
Combinação de negócios			(715)
Adições/reversões			(94.974)
Variação cambial			1.253
Baixas			37.154
Saldo em 31 de dezembro de 2025			(269.983)

5.8 Partes relacionadas: Política contábil: As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas em condições contratuais previamente acordadas. Os saldos pendentes ao final do exercício não são garantidos, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas em nenhuma conta a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período, é realizada uma análise da recuperabilidade dos valores e contas a receber, e, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão foi reconhecida. A Companhia mantém um Acordo de Compartilhamento de Custos que disciplina o compartilhamento de atividades e despesas, juntamente com as diretrizes de reembolso e outros termos comerciais para a alocação de despesas do grupo. Essas despesas são classificadas como transações *intercompany*. Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. e suas controladas	3.278	5.241	70.001	72.518
Rumo S.A. e suas controladas	21.324	25.706	-	-
CLI Sul S.A.	10	10	14.431	19.458
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	4.309	14.164	-	-
Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas	15.207	18.561	-	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	14.286	14.286
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	-	-	49.397	36.985
Radar Gestão de Investimentos S.A.	1.299	564	1.299	565
Radar	1.017	1.885	-	-
Outros	325	239	501	6.373
	46.769	66.370	149.915	150.185
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	49.634	45.173	49.634	45.173
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	21.433	-	-	-
Cosan Luxembourg S.A.	-	2.556	-	-
Outros	-	-	-	1.705
	71.067	47.729	49.634	46.878
Total do ativo circulante	117.836	114.099	199.549	197.063
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	8.333	21.438
	-	-	8.333	21.438
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	-	28.864	-	26.920
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	102.476	109.550	-	-
Ligga S.A.	-	154.468	-	154.468
CLI Sul S.A.	-	-	12.000	-
Outros	-	-	15	-
	102.476	292.882	12.015	181.388
Total do ativo não circulante	102.476	292.882	20.348	202.826
Recebíveis de partes relacionadas	220.312	406.981	219.897	399.889

Passivo circulante

Operações comerciais

Raízen S.A. e suas controladas

Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.

Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)

Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas

Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.

Outros

Total do passivo circulante

Passivo não circulante

Operações comerciais

Outros

Operações financeiras e societárias

Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾

Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾

Outros

Total do passivo não circulante

Pagáveis a partes relacionadas

(i) Os ativos circulantes e não circulantes a receber da Raízen S.A. e suas controladas são, substancialmente, créditos tributários que serão reembolsados à Companhia quando realizados. O passivo circulante representa reembolso à Raízen S.A. e suas controladas, referente a despesas relacionadas a disputas judiciais e outras responsabilidades, geradas antes da formação da *joint venture*, e que são de responsabilidade da Cosan S.A. (ii) Em 31 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato de assunção de direitos e obrigações, e foram transferidos ativos e passivos referentes ao negócio de combustíveis, oriundos da aquisição da Eso Brasileira de Petróleo Ltda. (“Eso”) em 2008, que não foram aportados na formação da Raízen. (iii) Essas operações servem como meio de transferência de recursos da Companhia para as controladas, que são as titulares dos *Senior Notes* e responsáveis por honrar suas obrigações. Os acréscimos observados nesses saldos passivos referem-se à constituição de mútuo decorrente da transferência da dívida do *Senior Notes due 2029* e à variação cambial, que incidiu sobre as operações de Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) existentes entre a Companhia e as controladas Cosan Lux e Cosan Overseas Limited (“Cosan Overseas”).

b) Transações com partes relacionadas:

Receita operacional

Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾

CLI Sul S.A.

Outros

Compra de produtos/insumos/serviços

Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾

Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.

Outros

Receitas (despesas)

Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas

Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.

Raízen S.A. e suas controladas

Rumo S.A. e suas controladas

Radar

Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)

Outros

Resultado financeiro

Cosan Luxembourg S.A.

Cosan Overseas Limited

Raízen S.A. e suas controladas

Moove Lubrificantes Limited

Ligga S.A.

Outros

Total

(i) O montante refere-se substancialmente à compra de combustíveis e à prestação de serviços de transporte logístico pela controlada Rumo.

c) Remuneração dos administradores e diretores: A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseada em ações. Em 30 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2025. A seguir apresentamos o resultado da Controladora e consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	69.789	52.437	196.334	175.487
Transações com pagamentos baseados em ações	22.301	51.587	37.492	67.569
Benefícios pós-emprego	221	534	2.642	2.369
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	1.645	-	1.645
Outros benefícios de longo prazo	-	-	9.545	5.981
Total	92.311	106.203	246.013	253.051

5.9 Fornecedores: Política contábil: Os saldos de fornecedores correspondem aos seus valores justos, em virtude da sua natureza de curto prazo, e são geralmente pagos entre 30 e 90 dias do reconhecimento. A seguir, são apresentados os saldos de fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de materiais e serviços	870	2.900	3.284.618	4.205.516
Fornecedores de gás, transporte de gás e logística	-	-	812.884	982.333
	870	2.900	4.097.502	5.187.849
	870	2.900	4.078.511	5.168.593
	-	-	18.991	19.256
Total	870	2.900	4.097.502	5.187.849

5.10 Ativo e passivo financeiro setorial: Política contábil: Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas deliberações/resoluções emitidas pelas agências reguladoras, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. As agências reguladoras das controladas indiretas: • Comgás e Necta Gás Natural S.A. (“Necta”), reguladas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (“ARSESP”) por meio da Deliberação nº 1.010. • Compagas, regulada pela Agência Reguladora do Paraná (“AGEPAR”) por meio da Resolução 028/2022. • Sulgás regulada pela AGERGS por meio da Resolução 072/2025. Fundamentada nas deliberações/resoluções citadas, a controlada Compass concluiu que não há incerteza quanto ao reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras obtido pela diferença entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários, gerando um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras. A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial ^(iv)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	548.700	(1.810.698)	(1.261.998)
Custo do gás ^{(i) (ii)}	(12.437)	(2.210)	(14.647)
Créditos tributários	-	(65.710)	(65.710)
Juros e atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	71.981	(161.621)	(89.640)
Diferimento do IGP-M	117.418	-	117.418
Combinação de negócios	5.980	-	5.980
Saldo em 31 de dezembro de 2024	731.642	(2.040.239)	(1.308.597)
Custo do gás ^{(i) (ii)}	(51.483)	(38.931)	(90.414)
Créditos tributários	-	(29.025)	(29.025)
Diferimento residencial ^(iv)	52.092	-	52.092
Juros e atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	45.181	(157.066)	(111.245)
Diferimento do IGP-M ^(v)	(49.118)	-	(49.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	728.954	(2.265.261)	(1.536.307)
Circulante	338.332	(96.719)	241.613
Não circulante	390.622	(2.168.542)	(1.777.920)
Total	728.954	(2.265.261)	(1.536.307)

(i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes. (ii) Em 24 de abril de 2025 a AGERGS, pela DRE nº 79/2025 deferiu sobre os seguintes temas relacionados a revisão tarifária do exercício de 2024: (i) Inclusão do TRPJ e CSLL no cálculo da margem bruta; e (ii) Recálculo da parcela da retroatividade. A partir da reavaliação desses temas a Sulgás reconheceu um impacto no ativo financeiro setorial de curto prazo no montante de R\$ 93.060. (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC. (iv) Conforme Deliberação ARSESP nº 1.709, de 09 de setembro de 2025, o segmento residencial individual teve a aplicação de margens reduzidas, em substituição às originalmente previstas para o novo ciclo tarifário, até 09 de dezembro de 2026. Em razão dessas tarifas reduzidas, a Companhia passou a registrar contabilmente o diferimento referente à diferença entre as tarifas cobradas dos usuários e aquelas que foram definidas no quadro tarifário da revisão ordinária. Referida diferença será adicionada às tarifas vigências a

Passivo circulante

Operações comerciais

Raízen S.A. e suas controladas	5.585	8.176	164.788	303.656
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	95	8.149
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	-	-	43.607	45.119
Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas	518	-	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	53	-	-	-
Outros	328	64	315	1.932
	6.484	8.240	165.118	317.646

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia utiliza dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. Uso de preços de mercado cotados; ii. Valor justo calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa fluutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva de juros construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante utilizada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e de sua contraparte; este é calculado com base nos spreads de crédito derivados do swap de inadimplência de crédito atual; e iii. Para outros instrumentos financeiros, análise do fluxo de caixa descontado. Avaliadores externos podem ser envolvidos na avaliação de ativos e passivos significativos, como propriedades para investimento, ativos financeiros não cotados e contraprestação contingente. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia define classes de ativos e passivos com base em sua natureza, características e riscos envolvidos, bem como no nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado anteriormente. Os saldos contábeis de ativos e passivos financeiros de curto prazo não diferem significativamente de seu valor justo. Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos consolidados são os seguintes:

	Nota	Saldo contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo					
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025		31/12/2024		Nível 3	Nível 3
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	
Ativos									
Aplicações em fundos de investimento	5.2	2.525.668	2.122.442	–	2.525.668	–	–	2.122.442	–
Títulos e valores mobiliários	5.3	2.992.593	3.386.301	307.177	2.685.416	–	–	3.386.301	–
Outros ativos financeiros		5.805	4.495	5.805	–	–	4.495	–	–
Propriedades para investimentos ⁽ⁱ⁾	11.5	18.221.781	16.818.919	–	–	18.221.781	–	–	16.818.919
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	2.267.108	3.799.328	–	2.267.108	–	–	3.799.328	–
Total		26.012.955	26.131.485	312.982	7.478.192	18.221.781	4.495	9.308.071	16.818.919
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(64.227.131)	(66.455.426)	–	(64.136.362)	–	–	(28.294.034)	–
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(2.680.669)	(3.470.204)	–	(2.680.669)	–	–	(3.470.204)	–
Outras contas a pagar ⁽ⁱⁱ⁾		(11.854)	(12.362)	–	–	(11.854)	–	–	(12.362)
Total		(66.919.654)	(69.937.992)	–	(66.817.031)	(11.854)	–	(31.764.238)	(12.362)

(i) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade) e, em certa medida, baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”). A taxa de desconto utilizada foi de 9,25% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (6,06% a.a. a 10,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024). (ii) Refere-se à contraprestação contingente (*earn-out*) negociada no processo de aquisição da subsidiária indireta Biometano Verde Paulínia, mensurada a valor justo por meio de técnica de avaliação baseada no valor presente dos fluxos de caixa esperados. A mensuração considera a atualização monetária prevista contratualmente. Para as dívidas que possuem valor de mercado cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo (*Luxembourg Stock Exchange*, ou “LuxSE”), a mensuração do valor justo se baseia no preço de mercado cotado da seguinte forma:

	Empresa	31/12/2025	31/12/2024
Senior Notes due 2028	Rumo Luxembourg S.à r.l.	99,98%	97,32%
Senior Notes due 2032	Rumo Luxembourg S.à r.l.	92,04%	84,30%
Senior Notes due 2027 ⁽ⁱ⁾	Cosan Luxembourg S.A.	–	99,63%

(i) A dívida foi liquidada em 14 de março de 2025. Para maiores informações, consulte a Nota 2.2.2.

5.12 Gestão de risco financeiro: Esta nota explana a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	i. Transações comerciais futuras. ii. Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	i. Fluxo de caixa futuro. ii. Análise de sensibilidade.	Moeda estrangeira.
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	Análise de sensibilidade.	Swap de taxa de juros.
Risco de mercado - preço	i. Transações comerciais futuras. ii. Investimento em valores mobiliários.	i. Fluxo de caixa projetado. ii. Análise de sensibilidade.	i. Preço futuro de <i>commodity</i> . ii. Derivativo de proteção para valorização e desvalorização das ações.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas, dividendos e propriedades para investimentos.	i. Análise por vencimento. ii. <i>Ratings</i> de crédito.	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro.	Disponibilidades e linhas de crédito.

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excesso de liquidez. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resulta no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros fluutuante protegidos, e à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas. A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de divisidas para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensurados ao valor justo. Tal opção é irrevogável e deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos. **Risco cambial:** A Companhia apresenta a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, euros e libra esterlina, para as empresas com moeda funcional reais.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	649.107	1.861.070
Títulos e valores mobiliários	97.005	–
Contas a receber	71.555	35.807
Fornecedores	(417.312)	(691.312)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(15.949.122)	(24.263.167)
Passivos de arrendamentos	(2.043.650)	(2.121.304)
Contraprestação a pagar	(195.057)	(246.256)
Instrumentos financeiros derivativos	14.851.873	22.576.441
Exposição cambial, líquida	(2.935.601)	(2.848.721)

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, no vencimento das transações, conforme apresentado a seguir:

Instrumento	Risco	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa cambial	850	159.574	318.297	(157.873)	(316.597)
Títulos e valores mobiliários	Baixa cambial	(42)	24.113	48.268	(24.197)	(48.352)
Contas a receber de clientes	Baixa cambial	(23)	17.754	35.457	(18.066)	(35.813)
Fornecedores	Alta cambial	124	(103.403)	(206.380)	103.433	206.733
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	6.720	(3.982.846)	(7.969.185)	3.986.877	7.973.216
Passivos de arrendamentos	Alta cambial	894	(509.795)	(1.020.484)	511.583	1.022.272
Contraprestação a pagar	Alta cambial	85	(48.658)	(97.401)	48.828	97.571
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	119.237	3.776.424	7.625.727	(4.245.617)	(7.943.997)
Impactos no resultado antes dos impostos		127.499	(470.764)	(873.209)	8.203	561.849
Impactos no resultado abrangente		346	(196.073)	(392.492)	196.765	393.184

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5.5024	5.5000	6.8750	8.2500	4.1250	2.7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	3.576.657	4.470.822	5.364.985	2.682.494	1.788.328
Títulos e valores mobiliários	352.503	440.663	528.754	264.412	176.251
Caixa restrito	30.755	38.444	46.133	23.066	15.378
Arrendamento e concessão parcelados	(109.119)	(136.439)	(163.678)	(81.879)	(54.559)
Passivos de arrendamento	(507.078)	(523.354)	(539.617)	(490.814)	(474.517)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.911.889)	(3.451.774)	(4.243.945)	(1.489.407)	(481.098)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.138.321)	(4.991.523)	(5.964.416)	(3.095.361)	(2.132.787)
Outros passivos financeiros	(136.118)	(170.147)	(204.177)	(102.088)	(68.059)
Obrigação com recompra de participação em controladas	(632.368)	(787.705)	(938.046)	(487.023)	(336.682)
Passivo decorrente de financiamento com garantia de ações	(447.736)	(555.305)	(660.524)	(344.867)	(239.649)
Impactos no resultado antes dos impostos	(4.922.714)	(5.666.318)	(6.774.531)	(3.121.467)	(1.807.394)

Parte do valor apresentado nos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao *Total Return Swap (TRS)*:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
Instrumentos financeiros derivativos	(48.816)	(61.038)	(73.224)	(36.630)	(24.408)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme apresentado a seguir:

	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
SELIC	13,54%	16,93%	20,31%	10,16%	6,77%
CDI	13,44%	16,80%	20,16%	10,08%	6,72%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	9,90%	12,13%	14,35%	7,68%	5,45%
TJLP	8,90%	11,13%	13,35%	6,68%	4,45%
IPCA	4,12%	5,15%	6,18%	3,09%	2,06%
IGPM	3,81%	4,76%	5,71%	2,86%	1,90%
Fed Funds	3,00%	3,75%	4,50%	2,25%	1,50%
SOFR	2,74%	3,43%	4,12%	2,06%	1,37%
CPI	2,60%	3,25%	3,90%	1,95%	1,30%

Risco de preço: • Gás natural:

Instrumento	Fator de risco	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
	Variação no preço U.S.\$/bbl	8.610	1.042	2.084	(1.042)	(2.084)

• **Opções:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, denominados opções, para limitar sua exposição às variações no valor das ações de Vale, objeto de opção de compra. A metodologia empregada, e amplamente aceita, para calcular o valor justo das opções é baseada no modelo de precificação de Black & Scholes. Os valores calculados na análise de sensibilidade da estrutura mencionada refletem os impactos dos valores intrínsecos das opções, conforme a valorização ou desvalorização das ações. A Companhia efetuou a liquidação do call spread em 08 e 09 de janeiro de 2026.

Instrumento	Participação	Cenários				
		Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
VALE3 (Call Spread)	1,34%	119.314	263.316	453.659	(12.028)	(36.900)

Opção de compra (“Call”): A Companhia possui uma opção de compra que lhe confere o direito de recomprar a totalidade das ações preferenciais da Cosan Nove podendo ser exercida a partir do terceiro ano após a celebração dos respectivos acordos, em dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2025, a opção de compra estava fora do preço. **Opção de venda contingente:** No acordo de acionistas celebrado em dezembro de 2022, entre a Companhia e o banco Itaú, referentes à emissão de ações preferenciais da Cosan Nove, foi definido que a instituição financeira possui uma opção de venda contingente, exercível somente quando ocorrerem os efeitos materiais adversos específicos previstos em contrato. Esses efeitos estão sob o controle da Companhia e, portanto, não constituem uma obrigação financeira. O preço de exercício da opção é calculado com base no valor do investimento inicial, corrigido por uma taxa de CDI + spread, deduzido dos dividendos recebidos pelo acionista não controlador nesse período. Em 31 de dezembro de 2025, o preço de exercício dessa opção é R\$ 2.488.636. • **Total return swap:** O plano de recompra de ações em tesouraria expõe a Companhia a riscos decorrentes das variações nos preços das ações da Cosan (ticker CSAN3). Para mitigar tais exposições, a Companhia contratou operações de TRS referentes a 80.085.312 ações da CSAN3. A Companhia recebe, na ponta ativa, a variação do preço da ação e os proventos distribuídos, e paga, na ponta passiva CDI + *spread*. A análise de sensibilidade considera o preço de fechamento das ações, conforme demonstrado abaixo:

Instrumento	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
TRS CSAN3	(377.969)	106.527	212.253	(105.726)	(212.253)
Valor da ação (CSAN3)	5,32	5,32	7,98	3,99	2,66

b) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia a expõem a potenciais inadimplências quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir seus compromissos financeiros ou outros. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	27.243.683	16.903.542
Contas a receber de clientes	3.669.163	3.995.734
Títulos e valores mobiliários	2.685.417	3.386.301
Caixa restrito	228.768	174.303
Garantias financeiras	2.620.840	2.761.254
Instrumentos financeiros derivativos	2.267.108	3.799.328
Receíveis de partes relacionadas	219.897	399.889
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	35.410	153.548
Outros ativos financeiros	5.805	4.495
Total	38.976.091	31.578.394

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos, principalmente, em títulos públicos e outros investimentos bancários. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, em conformidade com a política da Companhia. A Companhia e suas controladas adotam políticas estruturadas de avaliação de risco de crédito para a celebração de contratos de arrendamento e para vendas parceladas de propriedades para investimento. Nos arrendamentos, a análise inclui a avaliação da capacidade econômico-financeira dos potenciais arrendatários, com base em indicadores de liquidez, alavancagem e geração de caixa, além de consultas cadastrais e referências de mercado. A carteira é composta majoritariamente por empresas de grande porte e reconhecida solidez no setor agroindustrial, com contratos de médio e longo prazo (entre 3 e 30 anos), o que tem resultado historicamente em baixa incidência de perdas. Nas vendas parceladas, o risco é mitigado por meio de avaliação de crédito realizada por empresa especializada, complementada por análise interna. A imissão na posse ocorre somente após o recebimento do pagamento inicial, e a transferência da propriedade é efetivada exclusivamente após a quitação integral do preço, reduzindo substancialmente a exposição à inadimplência. Os investimentos de fundos excedentes são realizados apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada uma. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, consequentemente, mitigar a perda financeira decorrente da falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
AAA	23.289.686	22.706.407
AA	9.037.928	803.935
A	–	571.942
Not rated	97.362	181.190
Total	32.424.976	24.263.474

c) Risco de liquidez: A abordagem da Companhia para administrar a liquidez consiste em assegurar, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir seus passivos nos respectivos vencimentos, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou comprometer a reputação da Companhia. Os passivos financeiros da Companhia, classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados), são os seguintes:

	31/12/2025					31/12/2024
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.374.410)	(9.748.954)	(43.246.192)	(58.220.334)	(118.589.890)	(64.570.345)
Fornecedores	(4.078.511)	(18.991)	-	-	(4.097.502)	(10.670.813)
Outros passivos financeiros	(1.096.884)	-	-	-	(1.096.884)	(770.103)
Parcelamento de débitos tributários	(14.977)	(10.428)	(1.995)	(228.318)	(255.718)	(454.885)
Passivos de arrendamento	(1.099.642)	(1.078.819)	(1.292.243)	(20.529.560)	(24.000.264)	(20.948.336)
Arrendamento e concessão parcelados	(233.582)	(229.938)	(454.126)	(188.480)	(1.106.126)	(1.281.108)
Pagáveis a partes relacionadas	(320.916)	(1.166)	-	-	(322.082)	(416.410)
Dividendos a pagar	(226.484)	-	-	-	(226.484)	(96.722)
Contraprestação a pagar	(9.629)	(9.629)	(31.089)	(104.964)	(155.311)	(185.622)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.019.375)	(1.221.626)	(979.747)	13.021.596	7.800.848	6.528.439
Passivos financeiros setoriais ⁽ⁱ⁾	(96.719)	-	-	-	(96.719)	(64.718)
Obrigação de recompra de ações de controlada	-	-	-	(4.000.000)	(4.000.000)	-
Passivo decorrente de financiamento com garantia de ações	-	(3.225.338)	-	-	(3.225.338)	-
	(17.571.129)	(15.544.889)	(46.005.392)	(70.250.060)	(149.371.470)	(92.930.623)

★ continuação									
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)									
Informações financeiras de controladas:									
	Saldo em 31 de dezembro de 2025				Saldo em 31 de dezembro de 2024				
			Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício			Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício	
	Ativos	Passivos			Ativos	Passivos			
Rumo									
Rumo S.A.	53.783.093	(39.734.652)	14.048.441	865.124	50.593.026	(35.657.871)	14.935.155	(949.241)	
Corporativo									
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	7.136	(343)	6.793	3.460	3.340	(6)	3.334	2.077	
Cosan Nove Participações S.A.	7.464	(20)	7.444	(9.652.610)	9.357.768	(40.018)	9.317.750	(1.079.044)	
Cosan Dez Participações S.A.	33.360.100	(25.569.501)	7.790.599	1.464.179	34.288.919	(27.301.766)	6.987.153	1.899.890	
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	393	(680)	(287)	(286)	493	(744)	(251)	(1.703)	
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	163	–	163	(61)	270	(46)	224	(63)	
Cosan Luxembourg S.A.	5.555.469	(5.926.500)	(371.031)	(107.310)	13.936.969	(14.200.691)	(263.722)	(220.644)	
Cosan Ôito S.A.	–	–	–	–	9.601.314	(49)	9.601.265	(3.630.024)	
Cosan Global FIP Celeste	103.059	–	103.059	(29.661)	129.764	–	129.764	10.409	
	1.623.521	(24)	1.623.497	(7)	–	–	–	–	
Radar									
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	2.647.431	(87.489)	2.559.942	168.511	2.538.744	(77.782)	2.460.962	216.787	
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	621.124	(27.202)	593.922	769	672.546	(30.208)	642.338	163.743	
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	1.313.951	(70.270)	1.243.681	193.323	1.135.683	(36.994)	1.098.689	52.048	
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	34.867	(3.213)	31.654	4.194	101.749	(15.034)	86.715	19.878	
Nova Amaralina S.A.									
Propriedades Agrícolas Terras da Ponte Alta S.A.	681.446	(47.234)	634.212	107.625	586.164	(32.993)	553.171	29.287	
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	249.023	(8.974)	240.049	16.831	248.938	(12.213)	236.725	(10.224)	
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	609.793	(21.896)	587.897	45.826	578.372	(19.051)	559.321	58.717	
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	598.736	(21.577)	577.159	46.380	565.305	(18.776)	546.529	56.445	
Tellus Brasil Participações Ltda.	837.015	(29.996)	807.019	39.411	811.527	(26.920)	784.607	(9.772)	
Janus Brasil Participações S.A.	4.354.997	(202.030)	4.152.967	339.104	4.103.826	(184.744)	3.919.082	452.174	
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	7.039.221	(466.601)	6.572.620	742.242	6.394.239	(271.665)	6.122.574	644.711	
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	1.219	(215)	1.004	259	97.542	(6.969)	90.573	32.906	
	786.294	(32.916)	753.378	34.286	617.029	(32.889)	584.140	24.170	
Moove									
Moove Lubricants Holdings	10.153.787	(7.740.100)	2.413.687	557.969	9.301.161	(7.410.359)	1.890.802	394.122	

A seguir estão os investimentos em coligadas em 31 de dezembro de 2025, que são relevantes para a Companhia.									
b) Consolidado:									
							Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária
Rumo									
Rhall Terminais Ltda.							28.580	8.574	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.							500.000	100.000	20,00%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.							500.000	50.000	10,00%
CLT Sul S.A.							543.750.625	108.750.125	20,00%
Terminal XXXIX S.A.							14.200.000	7.100.000	50,00%
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.							111.615.803	55.807.902	50,00%
Compass									
CEG Rio S.A.							1.995.022.625	746.251.086	37,41%
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás							61.610.000	30.188.900	49,00%
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás							10.749.497	4.407.293	41,00%
	Saldo em					Reclassificação			Saldo em
	1º de janeiro de 2025	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos declarados			para ativos mantidos para venda	Baixa referente a venda de participação	Aumento (redução) de capital	31 de dezembro de 2025
									Dividendos a receber (i)
Rumo									
Rhall Terminais Ltda.	7.297	3.289	(3.000)	–	–	–	–	–	7.586
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.297	405	–	–	–	–	–	8	4.710
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	16.423	6.010	(6.700)	–	–	–	–	–	15.733
CLT Sul S.A.	222.791	4.415	–	–	–	–	(26.000)	–	201.206
Terminal XXXIX S.A.	–	85.201	(35.960)	60.792	–	–	–	–	110.033
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	30.058	2.205	(524)	–	–	–	–	25.805	57.544
Compass									
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	653.687	43.578	(39.918)	–	–	–	–	–	657.347
CEG Rio S.A.	336.792	54.704	(16.203)	–	–	–	–	–	375.293
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	287.476	18.000	(22.926)	–	–	–	–	–	282.550
Corporativo									
Vale S.A.	9.112.136	–	–	–	–	(8.892.803)	–	(219.333)	–
Outros	7.609	2.115	–	–	–	–	–	(418)	9.306
Total	10.678.566	219.922	(125.231)	60.792	(8.892.803)	(195)	(219.743)	1.721.308	34.506

(i) Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A.

A seguir estão os investimentos em coligadas em 31 de dezembro de 2025, que são relevantes para a Companhia.

b) Consolidado:									
Rumo				Número de ações	Ações da		Participação		
				da investida	investidora	societária			
Rhall Terminais Ltda.				28.580	8.574	30,00%			
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.				500.000	100.000	20,00%			
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.				500.000	50.000	10,00%			
CLI Sul S.A.				543.750.625	108.750.125	20,00%			
Terminal XXXIX S.A.				14.200.000	7.100.000	50,00%			
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.				111.615.803	55.807.902	50,00%			
Compass									
CEG Rio S.A.				1.995.022.625	746.251.086	37,41%			
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás				61.610.000	30.188.900	49,00%			
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás				10.749.497	4.407.293	41,00%			
	Saldo em						Saldo em		
	1º de	Resultado de	Dividendos	Reclassificação	Baixa	Aumento	31 de	Dividendos	
	janeiro	equivalência	declarados	para ativos	referente	(redução)	dezembro	a receber	(1)
	de 2025	patrimonial		mantidos	a venda de	de capital	de 2025		
				para venda	participação		Outros		
Rumo									
Rhall Terminais Ltda.	7.297	3.289	(3.000)	-	-	-	-	7.586	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.297	405	-	-	-	-	8	4.710	-
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	16.423	6.010	(6.700)	-	-	-	-	15.733	-
CLI Sul S.A.	222.791	4.415	-	-	-	(26.000)	-	201.206	-
Terminal XXXIX S.A.	-	85.201	(35.960)	60.792	-	-	-	110.033	-
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	30.058	2.205	(524)	-	-	25.805	-	57.544	542
Compass									
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	653.687	43.578	(39.918)	-	-	-	-	657.347	5.902
CEG Rio S.A.	336.792	54.704	(16.203)	-	-	-	-	375.293	14.055
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	287.476	18.000	(22.926)	-	-	-	-	282.550	14.007
Corporativo									
Vale S.A.	9.112.136	-	-	-	(8.892.803)	-	(219.333)	-	-
Outros	7.609	2.115	-	-	-	-	(418)	9.306	-
Total	10.678.566	219.922	(125.231)	60.792	(8.892.803)	(195)	(219.743)	1.721.308	34.506

(i) Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A.

	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	Perda por redução ao valor recuperável em coligada	Dividendos declarados	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Baixa referente a venda de participação	Combinações de negócios	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Dividendos a receber ⁽¹⁾
Rumo											
Rhall Terminais Ltda.	6.170	2.335	–	(1.208)	–	–	–	–	–	7.297	–
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	6.018	(1.721)	–	–	–	–	–	–	–	4.297	–
TGG - Terminal de Grãos do Guarujá S.A.	15.960	7.463	–	(7.000)	–	–	–	–	–	16.423	–
CLI Sul S.A.	217.738	17.953	–	(12.900)	–	–	–	–	–	222.791	–
Terminal XXXIX S.A.	66.415	14.247	–	(19.870)	(60.792)	–	–	–	–	–	–
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	–	78	–	(20)	–	–	–	30.000	–	30.058	17
Compass											
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	403.532	27.656	–	(18.209)	–	–	(413.271)	–	292	–	–
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	640.332	46.179	–	(32.824)	–	–	–	–	–	653.687	5.495
CEG Rio S.A.	288.386	66.796	–	(18.390)	–	–	–	–	–	336.792	16.426
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	297.874	13.856	–	(24.254)	–	–	–	–	–	287.476	–
Norgás S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.425
Corporativo											
Vale S.A.	15.662.485	1.524.327	(4.672.396)	(1.041.100)	–	(2.462.833)	–	–	101.653	9.112.136	78.509
Outros	6.459	(138)	–	–	–	–	–	–	1.288	7.609	–
Total	17.611.369	1.719.031	(4.672.396)	(1.175.775)	(60.792)	(2.462.833)	(413.271)	30.000	103.233	10.678.566	107.872

(i) Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A.

Informações financeiras das coligadas:									
	Saldo em 31 de dezembro de 2025				Saldo em 31 de dezembro de 2024				
			Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício			Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício	
	Ativos	Passivos			Ativos	Passivos			
Rumo									
Rhall Terminais Ltda.	38.850	(9.584)	29.266	11.108	26.500	(10.150)	16.350	7.987	
Elevações Portuárias S.A.	2.348.302	(1.700.137)	648.165	34.087	2.183.550	(1.390.465)	793.085	66.042	
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	255.599	(232.054)	23.545	1.413	280.950	(259.472)	21.478	(13.329)	
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	221.055	(56.784)	164.271	62.033	233.962	(69.789)	164.173	68.477	
Terminal XXXIX S.A.	523.560	(266.495)	257.065	105.416	-	-	-	-	
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	121.868	(6.777)	115.091	4.411	61.002	(1.032)	59.970	146	
Compass									
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	1.094.185	(211.015)	883.170	158.274	1.127.032	(328.564)	798.468	162.847	
CEG Rio S.A.	1.412.608	(566.497)	846.111	145.032	1.695.573	(953.322)	742.251	184.905	
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	341.407	(149.979)	191.428	49.532	378.691	(197.859)	180.832	37.640	
Corporativo									
Vale S.A.	-	-	-	-	455.316.000	(248.544.000)	206.772.000	31.592.000	

intangíveis não identificáveis individualmente. O saldo do ágio em 31 de dezembro de 2025 com a alocação final do laudo, passou a ser R\$ 226.740, com alterações nas alocações de valor justo em imobilizado e carteira de clientes. Desde a data da aquisição até 31 de dezembro de 2025, a demonstração do resultado consolidada inclui receitas e lucro líquido gerados pelo Grupo PAX nos montantes de R\$ 483.435 e R\$ 47.950, respectivamente. Tanto o valor justo quanto o valor contratual bruto dos recebíveis adquiridos totalizam R\$ 18.408. A Companhia não espera perdas significativas por não realização desses recebíveis. A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:		
Contraprestação transferida		
Transferência de caixa - na data do closing		232.886
Parcelas remanescentes, pagamento a prazo		50.000
Earn-out		46.120
Contraprestação transferida		329.006
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos		
Caixa e equivalentes de caixa		2.400
Contas a receber de clientes		18.408
Estoque		36.576
Outros tributos a recuperar		9.965
Imobilizado		91.239
Ágio		226.740
Intangível (Exceto ágio)		71.062
Outros créditos		18.583
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(77.002)
Fornecedores		(7.444)
Outras obrigações		(18.046)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		(43.477)

9.2 Aquisição de controladas: Política contábil: As combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é mensurada pelo valor justo, calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia na data da aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia em relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado quando incorridos. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos configura um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo nessa data, exceto por: • Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12/CPC 32 e IAS 19/CPC 33; • Planos de pagamento baseados em ações detidos pelos funcionários da adquirida que precisam ser substituídos (substituição de planos). Todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pela Companhia é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação; e • Ativos classificados como mantidos para venda, conforme a IFRS 5/CPC 31, que são mensurados conforme essa norma. Na mensuração dos valores justos, são utilizadas técnicas de avaliação que consideram preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. Inicialmente, o ágio é mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos). Se a contraprestação for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deve ser reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Para fins de teste de impairment, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. Quando a contraprestação transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida na combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com ajustes correspondentes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não pode ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de divulgação subsequentes, e sua liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes (passivos ou derivativos) são remensuradas ao valor justo em cada data de balanço, com as variações reconhecidas no resultado do exercício. Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição, e o ganho ou a perda correspondente, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente recon

Continuação	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)										
	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	(Redução) Aumento de capital	Alienação de ativos mantido para venda	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024		
Compass											
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	32.145	14.726	-	-	-	(20.680)	-	446	26.637		
Comitê Gás S.A.	1.562.500	138.356	-	-	-	(456.045)	112.401	235	1.357.447		
Norgás S.A.	372.030	-	-	(372.030)	-	-	-	-	-		
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	-	1.569	-	-	-	(3.446)	462.197	188	460.508		
Biometano Verde Paulínia S.A	237.981	1.228	-	-	-	(970)	-	-	238.239		
Compass Gás e Energia	790.672	235.988	(179.999)	-	(19.254)	(269.808)	-	344	557.943		
Rumo											
Rumo S.A.	11.104.589	(657.631)	-	-	904	(6.676)	-	16.266	10.457.452		
Moove											
Moove Lubricants Holdings	695.848	118.209	-	-	26.028	(270.000)	-	(3.094)	566.991		
Corporativo											
Cosan Limited Partners Brasil											
Consultoria Ltda.	7	(2)	-	-	-	-	-	-	5		
Cosan Nove Participações S.A.	2.567.019	(365.149)	34.202	-	25.796	(105.000)	-	7.577	2.164.445		
Cosan Dez Participações S.A.	1.512.041	501.890	(396.395)	-	(34.229)	(603.022)	-	(152)	980.133		
Radar											
Janus Brasil Participações S.A.	4.743.201	513.119	-	-	-	(205.270)	-	-	5.051.050		
Tellus Brasil Participações S.A.	3.156.328	359.813	(74.741)	-	-	(316.542)	-	-	3.124.858		
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	472.244	128.911	-	-	-	(9.549)	-	-	591.606		
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	66.715	7.911	(17.143)	-	-	(59.821)	-	-	(2.338)		
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.089.154	113.818	(584)	-	-	(25.518)	-	-	1.176.870		
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	204.444	67.872	-	-	-	(16.968)	-	-	255.348		
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	417.013	21.574	-	-	-	(7.988)	-	-	430.599		
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	29.893	12.140	-	-	-	(3.035)	-	-	38.998		
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	197.833	8.239	-	-	-	(245)	-	-	205.827		
Terras da Ponte Alta S.A.	84.251	(4.238)	-	-	-	10.237	-	-	90.250		
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	199.303	24.339	-	-	-	(3.235)	-	-	220.407		
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	199.584	23.397	-	-	-	(6.503)	-	-	216.478		
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	291.078	(4.050)	-	-	-	(2.183)	-	-	284.845		
Total	30.025.873	1.262.029	(634.660)	(372.030)	(755)	(2.382.267)	574.598	21.810	28.494.598		
Balanço patrimonial resumido:											
	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar		
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	
Circulante											
Ativo	369.391	1.590.825	7.463	46.918	707.281	31.765	1.240.600	3.451.323	461.016	559.288	
Passivo	(15.290)	(1.336.052)	(19)	(40.018)	-	-	(1.474.294)	(1.267.586)	(127.550)	(137.056)	
Ativo circulante líquido	354.101	254.773	7.444	6.900	707.281	31.765	(233.694)	2.183.737	333.466	422.232	
Não circulante											
Ativo	4.687.097	4.091.608	-	9.310.850	1.712.927	1.858.568	25.766.338	23.288.895	18.401.988	17.179.276	
Passivo	25.575	(122.246)	-	-	-	-	(11.690.002)	(10.741.388)	(861.011)	(602.315)	
Ativo não circulante líquido	4.687.097	4.091.608	-	9.310.850	1.712.927	1.858.568	14.076.336	12.547.507	17.540.977	16.576.961	
Patrimônio líquido	5.041.198	4.346.381	7.444	9.317.750	2.420.208	1.890.333	13.842.642	14.731.244	17.874.443	16.999.193	
Demonstrações do resultado e outros resultados abrangentes resumidos:											
	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar		
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	
Receita líquida	-	-	-	-	-	-	890.149	1.064.286	653.785	1.441.809	
Resultado antes dos impostos	1.135.176	1.556.754	(9.652.455)	(1.078.773)	564.041	394.309	1.003.776	(863.209)	1.847.428	1.936.036	
Imposto de renda e contribuição social	(998)	(15.863)	(155)	(271)	-	-	(156.718)	(96.038)	(186.368)	(130.285)	
Resultado do exercício	1.134.178	1.540.891	(9.652.610)	(1.079.044)	564.041	394.309	847.058	(959.247)	1.661.060	1.805.751	
Outros resultados abrangentes	25.575	(122.246)	161.974	76.229	(34.547)	86.760	(66.559)	1.300	-	-	
Resultados abrangente total	1.159.753	1.418.645	(9.490.636)	(1.002.815)	529.494	481.069	780.499	(957.947)	1.661.060	1.805.751	
Resultado abrangente atribuído a acionistas não controladores	7.161	(34.229)	54.812	25.796	(10.364)	26.028	(46.468)	904	-	-	
Dividendos pagos	(623.592)	(1.667.187)	(371.000)	-	-	-	(900.000)	(1.500.000)	(170.817)	(649.721)	
Demonstração dos fluxos de caixa resumida:											
	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar		
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais	3.338	35.059	356	3.390	(275)	(3.079)	395.605	469.310	530.012	999.607	
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento	1.772.130	2.366.296	39.751	63.262	-	896.369	(467.632)	(487.467)	127.393	22.667	
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(1.790.000)	(2.770.208)	(40.000)	(65.000)	-	(900.000)	(1.532.108)	(692.256)	(670.833)	(1.029.179)	
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(14.532)	(368.853)	107	1.652	(275)	(6.710)	(1.604.135)	(710.413)	(13.428)	(6.905)	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	17.409	386.262	3.461	1.809	803	1.858	2.403.629	3.114.042	33.041	39.946	
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	88	5.655	-	-	-	-	
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.877	17.409	3.568	3.461	616	803	799.494	2.403.629	19.613	33.041	
10. Investimento em controladas em conjunto											
Política contábil: Uma joint venture é um acordo conjunto por meio do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos desse acordo. A Companhia possui investimentos em joint ventures, os quais são demonstrados no balanço patrimonial pela participação nos ativos líquidos, utilizando o método de equivalência patrimonial, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Quando aplicável, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis, caso existam diferenças. A participação da Companhia nos resultados e no patrimônio líquido da joint venture é incluída, respectivamente, na demonstração do resultado, no resultado abrangente e no patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas joint ventures, são eliminados na proporção do investimento da Companhia nas joint ventures, exceto quando as perdas não realizadas indicarem uma perda por impairment do ativo transferido. O ágio decorrente da formação das joint ventures é incluído como parte do investimento da Companhia nas joint ventures e, quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável, como um único ativo, comparando seu valor recuperável (o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos da alienação) com seu valor contábil. O investimento em joint venture é classificado como ativo não circulante e é apresentado ao custo, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Quando um investimento em uma joint venture é classificado como mantido para venda, é contabilizado de acordo com a IFRS 5/CPC 31. As movimentações nos investimentos da controladora em suas controladas em conjunto foram as seguintes:											
	Raizen S.A.		Terminal Alvorada S.A.		Radar Gestão de Invest. S.A.		Total				
Número de ações da investida	10.352.509.484		134.936.162		24.800.000		12.400.000				
Quotas da investidora	517.625.474		50,00%		50,00%		50,00%				
Percentual de participação direta	5,00%		1.320.592		(142.161)		1.320.592				
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.320.592		(138.430)		15.897		12.337				
Resultado de equivalência	-		-		-		-				
Ajuste de avaliação patrimonial	-		-		-		-				
Aumento de capital	-		-		-		-				
Dividendos	-		-		-		-				
Saldo em 31 de dezembro de											

<

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

fiscais, observando a legislação e os regulamentos aplicáveis nos países onde atuam. Comprometem-se, ainda, a adotar políticas de preços de transferência alinhadas aos princípios da plena concorrência e às regras estabelecidas pelas legislações fiscais das jurisdições em que operam, assegurando a transparência das operações, a ética comercial e a não utilização de práticas que resultem em redução artificial da carga tributária.

a) **Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	(9.129.119)	(8.893.751)	(7.991.285)	(5.245.119)
	3.103.900	3.023.875	2.717.037	1.783.340
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)				
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(2.036.167)	(1.054.960)	(3.626.134)	(1.422.337)
Resultado de empresas no exterior	(37.949)	(70.643)	(105.143)	(93.121)
Lucro da exploração	-	-	346.386	407.231
Juros sobre capital próprio	-	-	(26.895)	(174.335)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	-	-	(11.477)	(23.234)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(1.760.414)	(2.560.406)	(2.362.375)	(4.193.767)
Benefício ICMS - extemporâneo	-	-	(1.263)	20.490
Benefício ICMS - período corrente	-	-	-	(521)
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo - juros e multa Selic sobre indébito	-	-	-	25.851
Diferencial de alíquota (i)	22.260	19.861	50.686	60.873
Outros	-	-	454.416	534.837
	115.364	(72.858)	361.646	(115.829)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	<u>(593.006)</u>	<u>(715.131)</u>	<u>(2.203.116)</u>	<u>(3.190.522)</u>

Taxa efetiva - %

(i) Diferença de alíquota entre a taxa nominal de 34% e a taxa efetiva aplicável às entidades que apuram o tributo no regime de lucro presumido.

b) **Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que originam partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	-	-	1.777.782	1.699.262
Base negativa de contribuição social	-	-	590.380	560.110
Diferenças temporárias:				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	1.180.030	2.159.160	1.366.606	2.669.489
Provisão para demandas judiciais	61.215	64.335	257.691	272.886
Provisão impairment (Rumo Malha Oeste)	-	-	30.547	23.436
Obrigação de benefício pós-emprego	-	-	129.938	128.046
Provisões para perdas de créditos esperadas	-	-	53.662	44.202
Provisão para não realização de impostos	2.580	2.580	68.210	70.719
Transações com pagamento baseado em ações	25.933	19.336	90.861	103.454
Arrendamento mercantil	1.916	2.347	236.278	312.402
Resultado não realizado com derivativos	271.198	-	696.110	390.622
Ajuste valor justo sobre dívidas	-	-	32.268	-
Provisões de participações no resultado	15.638	11.212	118.658	131.254
Combinação de negócios - Intangível	-	-	106.524	124.628
Combinação de negócios - Imobilizado	-	-	1.854	1.854
Selic sobre indébito	48.160	48.160	73.113	76.745
Provisões diversas	263.165	140.077	812.648	682.385
Diferido sobre resultado pré-operacional	-	-	69.314	79.402
Conta corrente regulatória	-	-	-	8.396
Outros	23.156	205	170.404	245.221
Total	<u>1.892.991</u>	<u>2.447.412</u>	<u>6.682.848</u>	<u>7.624.513</u>

Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	-	-	(24.778)	(347)
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	(107)
Revisão de vida útil	-	-	(839.880)	(531.081)
Combinação de negócios - Imobilizado	-	-	(174.359)	(161.784)
Ágio fiscal amortizado	-	-	(609.096)	(645.297)
Resultado não realizado com derivativos	-	(156.611)	(400.672)	(369.763)
Ajuste valor justo sobre dívidas	-	-	(559.450)	(801.022)
Títulos e valores mobiliários	(31.434)	-	(31.437)	-
Propriedades para investimento	-	-	(567.263)	(496.395)
Bens destinados a venda	-	-	(11.906)	(962)
Efeitos na formação da controlada em conjunto	(33.776)	(102.070)	(33.776)	(167.196)
Combinação de negócios - Intangível	-	-	(4.902.079)	(4.990.657)
Obrigação pós-emprego	-	-	(4.815)	(4.810)
Arrendamento mercantil	-	-	(11.101)	(11.557)
Provisão para realização futura de perda de capital	(449.153)	(449.153)	(449.153)	(449.153)
Outros	-	18.832	(484.440)	(472.592)
Total	<u>(514.363)</u>	<u>(689.002)</u>	<u>(9.104.205)</u>	<u>(9.102.723)</u>
Total de tributos diferidos registrados	<u>1.378.628</u>	<u>1.758.410</u>	<u>(2.421.357)</u>	<u>(1.478.210)</u>
Diferido ativo	1.378.628	1.758.410	3.703.864	4.495.296
Diferido passivo	-	-	(6.125.221)	(5.973.506)
Total diferido, líquido	<u>1.378.628</u>	<u>1.758.410</u>	<u>(2.421.357)</u>	<u>(1.478.210)</u>

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, por meio da projeção de seu lucro tributável e do planejamento estratégico de longo prazo. A expectativa de realização em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Dentro de 1 ano	927.660	1.338.555
1 a 2 anos	35.136	284.141
2 a 3 anos	169.877	525.531
3 a 4 anos	35.136	342.253
4 a 5 anos	35.136	204.872
5 a 8 anos	105.409	628.567
8 a 10 anos	70.274	379.945
	<u>1.378.628</u>	<u>3.703.864</u>

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

	Controladora		Variação cambial - Empréstimos e		Outros		Total
	Prejuízo Fiscal e Base	Resultado não realizado com	Benefícios a empregados	Emprestimos e	Benefícios a empregados	Outros	Total
Ativo	Negativa	derivativos	Provisões	Arrendamento	empregados	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.286.666	165.978	102.765	2.497	100.085	1.165.734	3.032.056
Impacto no resultado do exercício	(1.245.573)	(165.978)	104.227	(150)	(69.537)	993.426	(543.551)
Litigio Zero	(41.093)	-	-	-	-	-	(41.093)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	206.992	2.347	30.548	48.365	2.447.412
Impacto no resultado do exercício	-	271.198	119.968	(431)	11.023	(979.130)	22.951
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	271.198	326.960	1.916	41.571	1.180.030	1.892.991

	Controladora		Resultado não realizado com derivativos		Provisões		Outros		Total
Passivo	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Resultado não realizado com	Provisões	Outros	Total				
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(103.992)	-	(449.153)	-	(553.145)				
Impacto no resultado do exercício	1.922	(156.611)	-	31.890	(122.799)				
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(13.058)	(13.058)				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(102.070)	(156.611)	(449.153)	18.832	(689.002)				
Impacto no resultado do exercício	68.294	156.611	-	(263.071)	(38.166)				
Outros resultados abrangentes	-	-	-	2.086	2.086				
Incorporação Cosan Oito	-	-	-	210.719	210.719				
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(33.776)	-	(449.153)	(31.434)	(514.363)				

	Consolidado		Obrigações de benefícios pós emprego		Variação cambial - Empréstimos e		Outros		Total
Ativo	Prejuízo fiscal e base negativa	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Arrendamentos	Emprestimos e	Benefícios a empregados	Outros	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	3.644.051	823.286	1.045.267	161.840	150.336	124.379	1.292.954	828.173	8.070.286
Impacto no resultado do exercício	(1.343.586)	(433.630)	5.398	4.990	(22.290)	249	1.376.535	(181.847)	(594.181)
Outros resultados abrangentes	-	966	-	145.572	-	-	-	-	146.538
Litigio zero	(41.093)	-	-	-	-	-	-	-	(41.093)
Combinação de negócios	-	-	42.963	-	-	-	-	-	42.963
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.259.372	390.622	1.093.628	312.402	128.046	124.628	2.669.489	646.326	7.624.513
Impacto no resultado do exercício	108.790	305.488	172.605	(76.124)	1.892	(18.104)	(1.302.883)	(75.621)	(883.957)
Combinação de negócios	-	-	(43.475)	-	-	-	-	-	(43.475)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(14.233)	(14.233)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.368.162	696.110	1.222.758	236.278	129.938	106.524	1.366.606	556.472	6.682.848

	Consolidado		Obrigações de benefícios pós emprego		Variação cambial - Empréstimos e		Outros		Total
Passivo	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Intangível	Imobilizado	Emprestimos e	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(103.992)	(299.965)	(449.561)	(4.641)	(4.426.881)	(456.093)	(195.232)	(281.784)	(1.468.540)
Impacto no resultado do exercício	(63.204)	(69.798)	301	(169)	126.999	(74.988)	194.885	(519.238)	(238.926)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(45.513)	(45.513)
Combinação de Negócios	-	-	-	-	(690.775)	-	-	(35.608)	(726.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(167.196)	(369.763)	(449.260)	(4.810)	(4.990.657)	(531.081)	(347)	(801.022)	(1.788.587)
Impacto no resultado do exercício	133.420	(30.909)	107	(5)	88.578	(308.799)	(24.431)	241.572	(132.365)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	47.640	47.640
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(16.290)	(16.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(33.776)	(400.672)	(449.153)	(4.815)	(4.902.079)	(839.880)	(24.778)	(559.450)	(1.889.602)

Total impostos diferidos reconhecidos

(2.421.357)

d) **Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas e Provisão para não realização de recuperabilidade de prejuízos fiscais no exercício:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de imposto de renda e contribuição social não ativados totalizou R\$ 4.211.530 para controladora (R\$ 2.560.406 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 8.560.792 para consolidado (R\$ 6.427.740 para 31 de dezembro de 2024), referente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Atualmente, esses valores não atendem aos requisitos para a contabilização de ativo fiscal diferido, devido à falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributáveis. A administração continuará

monitorando periodicamente as projeções de lucros tributáveis futuros e ajustará a provisão conforme necessário, de acordo com as mudanças nas condições econômicas e financeiras da Companhia. e) **Incertezas sobre tratamento de tributo sobre o lucro:** A Companhia mantém discussões de natureza administrativa e judicial com as autoridades fiscais no Brasil relacionadas a determinadas interpretações e posições adotadas na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"). A determinação final dessas questões é incerta e pode ser influenciada por fatores alheios à Companhia, tais como alterações na jurisprudência e modificações na legislação tributária. Em conformidade com o ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia, para cada posição fiscal incerta, se é provável que a autoridade fiscal venha a aceitar o tratamento adotado ou planejado na apuração dos tributos. Somente nos casos em que a Companhia conclui não ser provável a aceitação do tratamento fiscal pela autoridade competente é que são reconhecidos os efeitos da incerteza, com base no melhor método de previsão da resolução da questão - seja pelo valor mais provável ou pelo valor esperado. As posições fiscais adotadas pela Companhia são respaldadas por pareceres de consultores jurídicos especializados. A Companhia está sujeita à revisão das autoridades fiscais quanto ao imposto de renda por um decadal de até dez anos, dependendo da jurisdição em que opera. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total dos valores autuados e em discussão com as autoridades fiscais referente a essas questões, em que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, era de R\$ 1.509.117 na Controladora (R\$ 1.395.568 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 6.859.878 no Consolidado (R\$ 7.052.491 em 31 de dezembro de 2024). Em relação as discussões tributárias, a Companhia possui autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e ações judiciais relativos à: (a) glosa de amortização de despesas de ágio fundado em rentabilidade futura decorrente de operações societárias; (b) ganho de capital na venda de participação societária; (c) provisões trabalhistas; e (d) retificação de declaração de compensação motivada por restituição parcial dos créditos objetos do pedido de compensação. **Nova regra tributária Pilar Dois:** O Grupo Cosan possui controladas no exterior em jurisdições nas quais as regras de tributação mínima global ("Pilar Dois" - Global Anti-Base Erosion Rules, ou "Regras GloBE") estão promulgadas e em vigor desde 1º de janeiro de 2024, podendo, em determinadas circunstâncias, resultar na exigência de tributos complementares ("top-up tax") sobre lucros auferidos nessas jurisdições. Considerando que entidades consolidadas pelo Grupo Cosan atuante na Argentina, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Luxemburgo, Paraguai, Portugal, Reino Unido, Rússia e Suíça podem estar abrangidas direta ou indiretamente, por essa legislação, o Grupo realizou avaliações internas com o objetivo de estimar sua potencial exposição às Regras GloBE. Referidas avaliações foram baseadas nas informações contábeis e fiscais mais recentes disponíveis. Com base nas análises iniciais e nas informações atualmente disponíveis, o Grupo não espera, até o presente momento, impactos materiais ou a constituição de obrigações relevantes relacionadas ao Pilar Dois no exercício de 2025, sem prejuízo de revisões decorrentes de mudanças regulatórias, orientações interpretativas aplicáveis e/ou atualização das bases utilizadas. No Brasil, foi instituído o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("Adicional da CSLL"), no contexto da adaptação da legislação brasileira às Regras GloBE, por meio da Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228, de 3 de outubro de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelecendo uma tributação mínima efetiva de 15% para grupos multinacionais enquadrados nos critérios legais. A Administração realizou cálculos preliminares com base nas informações atualmente disponíveis das empresas brasileiras, não havendo expectativa de impactos materiais relacionados ao Adicional da CSLL. Adicionalmente, considerando as regras simplificadoras previstas no âmbito do Pilar Dois (safe harbours) e a expectativa de sua prorrogação até 2027, a Administração não espera, neste momento, alterações relevantes no cenário atualmente observado até referida data, tampouco efeitos materiais associados à aplicação de tributos complementares (top-up tax). Ainda que determinadas entidades do Grupo não se enquadrem integralmente nas referidas regras simplificadoras e estejam sujeitas ao cálculo completo das Regras GloBE, as avaliações realizadas, em ambos os casos, não indicaram impactos materiais ou tributo complementar devido. Permanece ressalvada a possibilidade de alterações regulatórias, orientações interpretativas e/ou mudanças no estágio de implementação pelas jurisdições aplicáveis.

16. Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil: As provisões são reconhecidas como passivos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de evento passado, é provável que haja saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor da obrigação pode ser estimado com razoável precisão. O reconhecimento da provisão é acompanhado do correspondente registro de despesa no resultado do exercício. A avaliação da probabilidade de saída de recursos considera as evidências disponíveis na data do balanço, incluindo a hierarquia normativa, a jurisprudência predominante, decisões judiciais recentes e sua relevância no ordenamento jurídico brasileiro, bem como pareceres de consultores jurídicos externos especializados. As provisões são revisadas a cada data do balanço e ajustadas conforme as circunstâncias, tais como o decurso do prazo prescricional, conclusão de procedimentos fiscais ou identificação de contingências adicionais decorrentes de novos fatos ou decisões judiciais.

a) **Perdas prováveis e depósitos judiciais:**

	Provisão para demandas judiciais		Consolidado	
	Controladora	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	204.827	198.385	694.524	745.896
Cíveis, ambientais e regulatórias	55.721	59.989	907.205	818.422
Trabalhistas	34.627	50.233	456.393	480.315
Total	<u>295.175</u>	<u>308.607</u>	<u>2.058.122</u>	<u>2.044.633</u>
	Depósitos judiciais		Consolidado	
	Controladora	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	324.792	390.148	769.351	801.723
Cíveis, ambientais e regulatórias	15.707	14.675	182.809	134.058
Trabalhistas	11.405	12.146	120.822	120.909
Total	<u>351.904</u>	<u>416.969</u>	<u>1.072.982</u>	<u>1.056.690</u>

A movimentação das provisões para processos judiciais, no exercício, foi a seguinte:

A movimentação das provisões para processos judiciais, no exercício, foi a seguinte:				
	Controladora			
	Cíveis, ambientais			
	Tributárias	e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	272.063	73.744	55.286	401.093
Provisionado no exercício	114.645	8.632	1.446	124.723
Baixas por reversão/pagamento	(114.865)	(14.556)	(7.512)	(136.933)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(73.458)	(7.831)	1.013	(80.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	198.385	59.989	50.233	308.607
Provisionado no exercício	63.325	8.408	4.476	76.209
Baixas por reversão/pagamento	(48.126)	(15.160)	(14.667)	(77.953)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	44.171	2.484	(5.415)	41.240
Transferência	(52.928)	—	—	(52.928)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	204.827	55.721	34.627	295.175
	Consolidado			
	Cíveis, ambientais			

<

★ Continuação

22. Resultado financeiro

Política contábil: As receitas financeiras compreendem: • Receitas de juros sobre fundos investidos; • Ganhos decorrentes da variação ao valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Ganhos decorrentes da variação do valor justo de participações pré-existentis em combinações de negócios; • Ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; • Reclassificações para o resultado de ganhos líquidos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem: • Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; • Reconhecimento do desconto de provisões e de encargos diferidos; • Perdas na alienação de ativos financeiros; • Perdas decorrentes da variação do valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de contraprestações contingentes; • Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (exceto contas a receber); • Perdas de instrumentos de *hedge* reconhecidas no resultado; • Reclassificações para o resultado de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e perdas cambiais decorrentes de ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida como receita ou despesa financeira, conforme as variações da moeda estrangeira resultem em posição positiva ou negativa. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

Custo da dívida bruta

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros e variação monetária	(2.147.672)	(1.820.040)	(6.441.757)	(5.767.426)
Variação cambial líquida sobre dívidas	799.673	(1.969.526)	2.473.085	(5.795.089)
Resultado com derivativos e valor justo	(1.855.815)	1.827.880	(4.523.652)	3.787.479
Amortização do gasto de captação	(87.811)	(21.009)	(452.944)	(113.136)
Descontos obtidos em operações financeiras	-	-	186.681	-
Fianças e garantias sobre dívida	-	-	(19.374)	(36.079)
	(3.291.625)	(1.982.695)	(8.777.961)	(7.924.251)
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	682.636	200.927	2.505.285	1.975.811
Atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas	87.844	-	87.844	-
	770.480	200.927	2.593.129	1.975.811
	(2.521.145)	(1.781.768)	(6.184.832)	(5.948.440)
Custo da dívida, líquida				
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	54.113	63.336	728.102	464.883
Juros sobre outras obrigações	(14.894)	-	(14.894)	-
Arrendamento e concessão	-	-	(517.451)	(387.044)
Arrendamento mercantil	(2.419)	(3.005)	(647.750)	(641.144)
Impostos sobre juros sobre capital próprio	-	(1.295)	(50.337)	(44.464)
Juros sobre contingências e contratos	(103.736)	(19.362)	(470.301)	(605.231)
Juros sobre ativo e passivo setorial	-	-	(111.245)	(88.170)
Despesas bancárias e outros	(40.312)	(40.703)	(141.873)	155.624
Variação cambial e derivativos não dívida	(113.737)	(3.513.820)	(380.840)	(1.655.731)
	(220.985)	(3.514.849)	(1.606.589)	(2.801.277)
	(2.742.130)	(5.296.617)	(7.791.421)	(8.749.717)
Resultado financeiro, líquido				
Reconciliação				
Despesas financeiras	(2.822.014)	(2.357.419)	(8.949.615)	(7.637.116)
Receitas financeiras	875.774	291.426	3.583.317	2.655.899
Variação cambial	1.434.193	(3.557.941)	2.397.352	(5.741.359)
Efeito líquido dos derivativos	(2.230.083)	327.317	(4.822.475)	1.972.859
	(2.742.130)	(5.296.617)	(7.791.421)	(8.749.717)

(i) A variação decorreu majoritariamente da desvalorização do dólar norte-americano frente ao real brasileiro - cuja cotação média PIAX passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025 (apreciação de 11,2% do real).

23. Benefício pós-emprego

Política contábil: O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego, bem como o valor presente da obrigação de aposentadoria, são determinados com base nos resultados de avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de diversas premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estas incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço. **i. Planos de Contribuição Definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente. A Companhia patrocina um plano de contribuição definida chamado Plano de Aposentadoria FuturaFlex (para os funcionários da Compass, Comgás e CommIt), administrado pela FuturaMais - Entidade de Previdência Complementar ("FuturaMais") (anteriormente denominada RaizPrev - Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II - Entidade de Previdência Complementar). A Entidade é dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios. A Companhia não possui obrigações legais e contratuais que possam gerar a necessidade de realizar contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano apresente resultado deficitário. **ii. Contribuição variável:** Um plano de contribuição variável, também conhecido como misto, reúne aspectos do Benefício Definido ("BD") e da Contribuição Definida ("CD"). A Companhia e suas controladas patrocinam um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, chamado Plano de Aposentadoria Futura II. Também administrado pela FuturaMais, ele reúne as características da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte). A Compagas oferece plano de contribuição definida do tipo misto, que é caracterizado pela acumulação de poupança durante a fase de atividade dos empregados e quando da aposentadoria é convertido em renda vitalícia. Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior crescimento salarial em relação àqueles considerados nos cálculos. **iii. Benefício definido:** O plano de benefício definido é um plano em que os participantes têm o benefício devido determinado por força das disposições regulamentares. O custo é estabelecido por meio de avaliações atuariais, com periodicidade mínima anual, realizadas com base em premissas. **Plano de Aposentadoria:** O Plano de Aposentadoria, administrado pela Futura - Entidade de Previdência Complementar e patrocinado pela Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., encontra-se fechado e em extinção desde 2011. De acordo com o regulamento, a Companhia adota provisão no valor presente dos benefícios, e os assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são: a) Maior sobrevida em relação ao especificado nas tabelas de mortalidade; b) Retorno sobre o patrimônio líquido inferior à taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, acrescida do IGP-DI acumulado; e c) Estrutura familiar real divergente das hipóteses de aposentadoria estabelecidas. **Plano médico:** A Companhia possui planos de benefícios definido relacionados à assistência médica nas subsidiárias Comgás e Compagas. A controlada Comgás oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedido aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após essa data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a esse plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria, estejam trabalhando na Companhia. Já na Compagas é oferecido o Plano Pró-Saúde para funcionários e dependentes, com contribuições mensais da patrocinadora e empregados. Os beneficiários na aposentadoria terão direito de permanecer de forma vitalícia no plano. Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior custo de inflação médica em relação àqueles considerados nos cálculos. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações, deduzido do valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remunerações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes (ORA). Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes (ORA), quando ocorrem.

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição definida		
Futura II		386
Benefício definido		298
Futura	146.225	141.050
Plano médico	389.815	385.272
	536.040	526.322
Total	536.426	526.620

Detalhamento dos planos vigentes: a) Contribuição definida: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor das contribuições pagas pela Companhia foi de R\$ 1.323 (R\$ 111 em 31 de dezembro de 2024). **b) Benefício definido:** A controlada indireta CLE patrocina a Futura - Entidade de Previdência Complementar ("Futura"), anteriormente denominada Previd Exxon - Entidade de Previdência Complementar. A Futura tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Esse plano foi alterado para ser fechado a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as contribuições totalizaram R\$ 19.240 (R\$ 16.252 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A duração média ponderada da obrigação é de 7,7 anos em 31 de dezembro de 2025 e 8,9 anos em 31 de dezembro de 2024. Em 2026, a CLE espera efetuar uma contribuição no valor de R\$ 18.624 em relação ao seu plano de benefício definido. Ademais, a controlada indireta Compagas realizou a análise atuarial do plano previdenciário de benefício definido, o qual está superavitário e, portanto, não foram registrados saldos. Os detalhes estão a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação no final do exercício	(46.780)	
Ativos financeiros no final do exercício	54.476	
Superávit apurado	7.696	
Efeito do limite do ativo	(7.696)	
Passivo a ser reconhecido	-	

c) Plano médico: As obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego incluem assistência médica, incentivo à aposentadoria, pagamento de auxílio-doença e pensão por incapacidade. O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados pelo índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade da aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as contribuições totalizaram R\$30.891 (R\$31.169 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A duração média ponderada da obrigação de plano médico era de 9,9 anos (8,9 anos em 31 de dezembro de 2024) na controlada indireta Comgás e 17,7 anos (20,4 anos em 2024) na controlada indireta Compagas. Em 2026, controladas esperam efetuar uma contribuição no valor de R\$ 46.373 em relação ao seu plano de benefício definido. **Composição e movimentação dos planos vigentes:** Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação de benefício definido no início do exercício	1.018.300	1.141.841
Custo dos serviços correntes	378	386
Combinação de negócios	-	9.560
Juros sobre obrigação atuarial	111.130	105.302
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(3.747)	(170.791)
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(8.188)	23.181
Perdas atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	-	505
Benefícios pagos	(96.934)	(91.684)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	1.020.939	1.018.300
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(491.978)	(524.527)
Receitas de juros	(51.452)	(46.423)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	11.730	34.709
Contribuições do empregador	(50.133)	(43.400)
Benefícios pagos	96.934	87.603
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(484.899)	(491.978)
Passivo líquido de benefício definido	536.040	526.322

A despesa total reconhecida no resultado é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços correntes	(378)	(386)
Juros sobre obrigação atuarial	(59.678)	(58.879)
	(60.056)	(59.265)

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2025	31/12/2024
Montante acumulado no início do exercício	290.378	180.311
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	3.486	168.351
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	8.449	(23.575)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(11.730)	(34.709)
Montante acumulado no final do exercício	290.583	290.378

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos do plano são compostos do seguinte:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	484.112	100,00%	491.194	100,00%
	484.112	100,00%	491.194	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Futura		Plano médico Compagas		Plano médico Comgás	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxa real de desconto	11,13%	11,07%	7,22% a.a.	7,43% a.a.	7,27% a.a.	12,14% a.a.
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	3,90% a.a.	4,96% a.a.	4,00% a.a.	4,50% a.a.
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	1,00% a.a.	1,00% a.a.	N/A	N/A
Aging factor	N/A	N/A	2,20% a.a.	2,20% a.a.	3,00% a.a.	3,00%
Futuros aumentos de pensão	3,50%	3,50%	1,00% a.a.	1,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral			AT-2000 (basic)	AT-2000 (basic)	AT-2000	AT-2000
(segregada por sexo)	N/A	N/A	segregada por sexo	segregada por sexo	(suavizada em 10%)	(suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	N/A	N/A	Winklevoss	Winklevoss	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez	N/A	N/A	TASA 1927	TASA 1927	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	N/A	N/A	1,49% a.a.	1,43% a.a.	de serviço +1)	de serviço +1)
Idade para aposentadoria	N/A	N/A	N/A	N/A	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

Análise de sensibilidade: A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes, pois afeta a obrigação de benefício definido. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade da obrigação de benefício definida a mudanças na taxa de desconto, mantendo as demais premissas constantes:

	Taxa de desconto		Inflação médica	
	Aumento 0,50%	Redução 0,50%	Aumento 0,50%	Redução 0,50%
Futura	609.697	652.378	611.199	654.754
Plano médico	(16.918)	18.410	335	(321)

Não houve alteração nas premissas biométricas e demográficas em relação aos anos anteriores, nem nos métodos adotados na elaboração da análise de sensibilidade.

24. Pagamento com base em ações

Política contábil: O valor justo dos benefícios de pagamento baseado em ações, na data de outorga, é reconhecido como despesa de pessoal, com aumento correspondente no patrimônio líquido, ao longo do período em que os empregados adquirem irrevogavelmente o direito aos benefícios (período de *vesting*), de forma proporcional ao tempo decorrido. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para as quais se espera que as condições de serviço e as condições de *vesting* não baseadas em mercado sejam cumpridas. Assim, o montante finalmente reconhecido como despesa baseia-se no número de ações que efetivamente satisfizerem essas condições na data de *vesting*. Para benefícios de pagamento baseados em ações sem período de *vesting* (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga já incorpora tais características, não havendo ajustes posteriores decorrentes de diferenças entre os benefícios esperados e os efetivamente concedidos. O valor justo do montante a pagar aos empregados referente aos direitos de valorização acionária (*stock appreciation rights* - SARs), quando liquidados em caixa, é reconhecido como despesa, com aumento correspondente no passivo, ao longo do exercício em que os empregados adquirem irrevogavelmente o direito ao recebimento. O passivo é reavaliado a cada data do balanço e na data de liquidação, com base no valor justo dos direitos de valorização acionária. As variações decorrentes dessa reavaliação são reconhecidas no resultado do exercício como despesas de pessoal. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: **Programas outorgados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ainda vigentes:** • Concessão de ações (liquidadas em ação), *sem lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de 5 anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*). • Concessão de ações (liquidadas em ação), *sem lock-up*, com entrega das ações ao longo ou ao final do período de carência de 3 a 5 anos, condicionada: i. Parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*); e ii. Parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*). • Plano de remuneração baseado em ações (liquidadas em caixa), no qual é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA consolidado da Cosan para cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais de 3 a 5 anos de *vesting* period. Os pagamentos acontecerem no final de cada ciclo (de 3 a 5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento. **Programas outorgados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram estabelecidos os seguintes Programas de pagamento baseado em ações:

Programa	Condições de aquisição de direito
	Outorga 31 de julho de 2025.
Investe Cosan 2025	Programa Investe Cosan 2025, outorgado em 31 de julho de 2025. O programa de incentivo está condicionado a ações de retenção e ações de performance. Do total de ações do programa, 50% estão relacionadas a tempo de serviço (<i>service condition</i>) pelo período de 3 anos. O restante, equivalente a 50% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar de 0% e 150%.
	Outorga 10 de novembro de 2025.
Investe Cosan 2025	Programa Investe Cosan 2025, outorgado em 10 de novembro de 2025. O programa de incentivo está condicionado a ações de retenção. O total de ações do programa estão relacionadas a tempo de serviço (<i>service condition</i>) pelo período de 6 meses.
Programa Phantom Shares 2025 Moove	Outorga 31 de julho de 2025. O programa de incentivo está condicionado ao tempo de serviço (<i>service condition</i>) e atrelado a ocorrência de um evento de liquidez definidas no programa (<i>performance conditions</i>). As opções outorgadas aos participantes somente poderão ser exercidas após se tornarem opções vestidas, sendo que o prazo máximo para o exercício das Opções será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga.
	Outorga 10 de outubro de 2025.
Programa Investe 2025 - Rumo	Programas de opções, <i>sem lock-up</i> , com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (<i>service condition</i>) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (<i>performance conditions</i>), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho.
Phantom shares - Compass	Outorga 01 de agosto de 2025. Plano de phantom shares que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs"). Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass.

Tipo de prêmio/Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (meses)	Quantidade de ações			Valor justo na data de outorga - R\$
			Concessão de planos	Exercido/cancelado/transferido	Disponível	
Programa de concessão de ações						
31/07/2020	Cosan S.A.	60	68.972	(68.972)	-	20,93
31/07/2021 - Invest I	Cosan S.A.	36	424.839	(424.839)	-	24,38
10/09/2021 - Invest II	Cosan S.A.	48	5.283.275	(5.283.275)	-	22,24
11/10/2021 - Invest III	Cosan S.A.	60	806.752	(566.287)	240.465	23,20
31/07/2022 - Invest I	Cosan S.A.	36	846.506	(846.506)	-	18,74
22/11/2022 - Invest Sócios	Cosan S.A.	60	377.173	(192.869)	184.304	17,14
31/07/2023 - Investe Sócios	Cosan S.A.	36	12.472.325	(7.864.867)	4.607.458	15,26
30/01/2023 - Investe Cosan I - Regular	Cosan S.A.	36	1.047.845	(478.677)	569.168	17,53
01/12/2023 - Investe Cosan III - Associados	Cosan S.A.	60	546.734	(119.209)	427.525	17,68
31/07/2024 - Investe Sócios	Cosan S.A.	12	2.322.324	(2.322.324)	-	18,18
31/07/2024 - Programa Investe Cosan 2024	Cosan S.A.	36	1.428.479	(308.634)	1.119.845	13,54
31/07/2025 - Programa Investe Cosan 2025	Cosan S.A.	36	2.644.661	(214.838)	2.429.823	7,28
10/11/2025 - Programa Investe Cosan 2025	Cosan S.A.	6	2.722.482	-	2.722.482	5,00
			30.992.367	(18.691.297)	12.301.070	
20/11/2024 - Programa SOP 2024	Moove	72	610.940	(610.940)	-	50,05
			610.940	(610.940)		
11/11/2020	Rumo S.A.	60	776.142	(776.142)	-	20,01
05/05/2021	Rumo S.A.	60	1.481.000	(1.481.000)	-	20,84
01/09/2022	Rumo S.A.	36	1.781.640	(1.781.640)	-	20,36
06/09/2023	Rumo S.A.	36	1.724.867	(277.097)	1.447.770	21,86
22/08/2024	Rumo S.A.	36	2.433.432	(134.748)	2.298.684	23,37
01/10/2025	Rumo S.A.	36	2.350.620	(9.093)	2.341.527	15,74
			10.547.701	(4.459.720)	6.087.981	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
31/07/2019 - Invest I	Moove	60	132.670	(132.670)	-	50,79
31/07/2020 - Invest II	Moove	60	106.952	(106.952)	-	61,89
31/07/2021 - Invest III	Moove	60	80.729	(80.729)	-	102,73
31/07/2022 - Invest IV	Moove	36	77.967	(77.967)	-	135,05
31/07/2023 - Invest V	Moove	36	82.204	(7.228)	74.976	150,98
31/07/2024 - Invest VI	Moove	36	61.372	(2.178)	59.194	234,43
31/07/2025 - Invest VII	Moove	36	61.666	(220)	61.446	283,02
01/08/2023	Compass	36	331.211	(67.962)	263.249	34,12
01/08/2024	Compass	36	376.495	(24.579)	351.916	42,21
01/11/2024	Compass	33	16.969	(4.112)	12.857	42,21
01/08/2025	Compass	36	424.508	(12.901)	411.607	41,92
			1.752.743	(517.498)	1.235.245	
Total			43.903.751	(24.279.455)	19.624.296	

★ continuação		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)
riscos associadas a este evento e concluiu que, até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos materiais sobre: • As operações consolidadas da Cosan no Brasil e nos demais países onde atua; • A posição financeira consolidada (incluindo dívida, liquidez e exposição cambial); • Os preços de commodities relevantes para a Companhia, cujas variações observadas não impactaram de forma relevante estas demonstrações financeiras. A Companhia mantém monitoramento contínuo dos desdobramentos geopolíticos e seus efeitos sobre as cadeias globais de suprimento de energia e logística. Eventuais impactos materiais futuros serão divulgados imediatamente ao mercado. Oferta pública inicial de ações (IPO): Em 5 de março de 2026, a Cosan S.A. comunicou ao mercado que sua controlada Compass protocolou, junto à CVM, o pedido de registro para realização de oferta pública inicial de ações (initial public offering - IPO) no Brasil. A operação proposta consiste em oferta secundária de ações ordinárias, sem emissão de novas ações, com os recursos a serem integralmente destinados aos acionistas vendedores. Paralelamente, a Compass solicitou a admissão de suas ações ao segmento de listagem especial Novo Mercado da B3 S.A., sujeita às aprovações regulatórias pertinentes. Os termos e condições da oferta, incluindo volume de ações e faixa de preço, ainda serão definidos e dependem, entre outros fatores, das aprovações pelos órgãos reguladores competentes e do cenário de mercado vigente à época da operação. 26. Novas normas contábeis		
26.1 Normas contábeis recentes adotadas pela companhia: As normas e alterações que passaram a vigorar a partir do exercício iniciado em ou após 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor. 26.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir, exceto por aquelas as quais, na avaliação da Administração não possuem o potencial de produzir efeitos sobre as demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando estas entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros” e IFRS 7 - “Instrumentos Financeiros:		
Diretoria		Contador
Marcelo Eduardo Martins - Diretor Presidente Maria Rita de Carvalho Drummond - Diretora Vice-Presidente Jurídico Rafael Bergman - Diretor Vice-Presidente Financeiro e Relações com Investidores		Rodrigo Duenas Agostinho CRC SP-258629/O-5
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente		

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido em 09 de março de 2026, referente ao conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., CRC 2SP000160/O-5.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
Parcer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COSAN S.A., no uso de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e com base nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, considerando também que não foram identificadas fraudes ou quaisquer outras ocorrências similares, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo (SP), 09 de março de 2026.

Guido Barbosa De Oliveira	João Ricardo Ducatti	Mônica Pires da Silva
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria		

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Cosan S.A. (“Companhia”) é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que assessora o Conselho de Administração nas matérias de sua competência, conforme previsto no Estatuto Social e em seu Regimento Interno. Os membros do Comitê são eleitos bianualmente pelo Conselho de Administração, permitida a reeleição por períodos sucessivos até o limite acumulado de 10 (dez) anos, observados igualmente os requisitos de independência previstos no Regimento Interno do Comitê. O Comitê é atualmente composto por 3 (três) membros independentes, sendo que um deles também atua como membro independente do Conselho de Administração da Companhia. De acordo com seu Regimento Interno, cabe ao Comitê supervisionar e avaliar a atuação, a independência e a qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da Auditoria Interna, bem como acompanhar, no âmbito de sua competência, a efetividade dos controles internos e dos processos de gerenciamento de riscos, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias e a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. Compete-lhe, ainda, receber, analisar e tratar denúncias relacionadas a tais matérias, assegurando a confidencialidade e a proteção do denunciante. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, da área de Controles Internos e do gestor do Canal de Denúncias, bem como em análises decorrentes de observação direta. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“Auditores Independentes” ou “PwC”) é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, realizada conforme as normas profissionais aplicáveis e os requerimentos da CVM. Em 09 de março de 2026, a PwC emitiu relatório com opinião sem ressalvas. Os trabalhos de Auditoria Interna foram realizados por equipe própria da Companhia. O Comitê aprova com ciência ao Conselho de Administração e companhia a execução do Plano Anual de Auditoria Interna, conduzido pelo gestor da Auditoria Interna, com foco na cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam riscos mais relevantes. O Comitê também acompanha a avaliação da efetividade dos controles internos, com base em informações da Administração, da área de Controles Internos e dos Auditores Independentes, bem como a implementação de planos de ação relacionados a apontamentos e recomendações. **Atividades do Comitê de Auditoria em 2025:** O Comitê de Auditoria reuniu-se 11 (onze) vezes no período de fevereiro de 2025 a fevereiro de 2026. Dentre as atividades e os temas discutidos no período, destacam-se: a) acompanhamento do processo de elaboração e divulgação das informações financeiras, incluindo discussões com a Administração e com os Auditores Independentes sobre as informações trimestrais (ITRs) e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; b) acompanhamento dos trabalhos da auditoria independente, incluindo o planejamento anual, sua execução e

as principais comunicações, recomendações e pontos de atenção, além da transição entre auditores independentes ocorrida durante o ano; c) análise dos relatórios e cartas de recomendações dos Auditores Independentes, incluindo temas relacionados a controles internos e melhorias de processos; d) aprovação e acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna, incluindo a revisão da metodologia adotada pela Auditoria Interna, e monitoramento do status de implementação e da efetividade dos planos de ação decorrentes dos trabalhos; e) acompanhamento da efetividade do ambiente de controles internos, dos processos de gerenciamento de riscos e dos processos de reporte financeiro, com monitoramento da implementação de planos de ação relacionados a deficiências, aprimoramentos e recomendações; f) acompanhamento periódico das contingências e provisões relevantes e de suas divulgações nas demonstrações financeiras, com base nas informações apresentadas pela Administração; g) avaliação de transações com partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, e dos respectivos impactos em reporte/controles e divulgações; h) acompanhamento do Canal de Denúncias e do tratamento das denúncias relacionadas às matérias de competência do Comitê, incluindo indicadores consolidados e status das apurações e medidas adotadas, bem como atualizações sobre o Programa de Compliance no que se refere ao Canal de Denúncias e às ações de prevenção e combate a fraudes e corrupção. Registra-se que, ao final de 2025, a Companhia iniciou processo de descentralização das funções de Auditoria Interna, Controles Internos, Compliance, Riscos e Cybersegurança para as controladas, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de controle nas operações, mantendo a visão consolidada no âmbito da Companhia; i) acompanhamento e recomendação de ajustes e aprimoramentos em políticas internas da Companhia relacionadas às matérias de competência do Comitê; e j) revisão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria. **Conclusão sobre as Demonstrações Financeiras:** No exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, conforme previsto em seu Regimento Interno, os membros do Comitê de Auditoria analisaram as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas. Considerando as informações e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, pelas áreas de Auditoria Interna, de Controles Internos e pela PwC, bem como as discussões realizadas ao longo do exercício, no âmbito do Plano Anual de Trabalho do Comitê, concluíram, por unanimidade, pela recomendação ao Conselho de Administração da aprovação das referidas Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 09 de março de 2026.

Carla Alessandra Trematore Coordenadora e Especialista Financeira do Comitê de Auditoria	Luís Claudio Rapparini Soares Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria	Paulo Clovis Ayres Filho Membro do Comitê de Auditoria
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas		

Aos Administradores e Acionistas **Cosan S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cosan S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Obrigações relacionadas com a sociedade controlada em conjunto (joint venture) Raizen S.A. (“Raizen”) - Notas 2.1.11, 5.8 e 10:** A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025, saldo de investimento na Raizen, no valor de zero, saldos a receber e a pagar, nos valores de R\$ 119.635 mil e de R\$ 277.414 mil, respectivamente, reconheceu perda com participação societária registrada no resultado do exercício findo nesta data, no valor de R\$ 10.881.556 mil e divulgou o não reconhecimento de perda adicional de participação societária no referido exercício, no valor de R\$ 712.152 mil. Conforme mencionado na Nota 2.1.11 às demonstrações financeiras consolidadas, devido ao elevado endividamento aliado aos prejuízos incorridos em sua operação durante 2025, a Raizen tem buscado alternativas de reforço de capital, bem como divulgou fato relevante contendo proposta para fortalecimento da estrutura de capital que, eventualmente, pode ser implementada por meio de uma recuperação extrajudicial. A administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou os contratos firmados, documentações societárias e outros documentos relacionados à Raizen, e concluiu não haver obrigações legais ou construtivas de suporte financeiro à Raizen e, consequentemente, não constituiu quaisquer obrigações adicionais decorrentes da situação financeira da Raizen em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025. Dado a sensibilidade deste assunto, assim como a relevância dos valores envolvidos, consideramos este assunto como um dos principais assuntos em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de investimentos e equivalência patrimonial. Realizamos o recálculo da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação do valor do investimento na Raizen, identificando e reportando ajuste de divulgação considerado imaterial pela administração da Companhia. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos os contratos, documentações societárias e outros documentos relacionados com a Raizen. Discutimos com a administração e órgãos de governança, suas avaliações quanto à existência de obrigações legais ou construtivas a serem reconhecidas. Discussão e entendimento sobre existência de cláusulas restritivas cruzadas em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas. Por fim, efetuamos a leitura das divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as conclusões da administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos. **Reconhecimento, mensuração e classificação dos ativos relacionados com contratos de concessão de gás - Compass: ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão e fidelização de clientes (em conjunto, “intangível de direito de concessão de gás”) e ativos de contrato - Notas 5, 11.2 e 11.3:** Porque é um PAA: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2025, apresentam os seguintes saldos de ativos relacionados com contratos de concessão de gás: (i) ativo financeiro indenizável, no valor de R\$ 557.475 mil, (ii) intangível de direito de concessão de gás, no valor de R\$ 16.483.009 mil, e (iii) ativos de contrato, no valor de R\$ 1.041.770 mil. O reconhecimento e a mensuração dos gastos que compõem cada um destes saldos nas demonstrações financeiras consolidadas, estão relacionados com (i) gastos efetuados na rede de infraestrutura de distribuição de gás canalizado com o direito de recebimento de indenização do poder concedente ao final do contrato, (ii) direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de fornecimento de gás, incluindo custos incorridos com fidelização de clientes e (iii) direito contratual relacionado às obras em construção da rede de fornecimento de gás. Adicionalmente, a classificação desses valores entre ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão de gás e ativos de contrato, envolve complexidade e julgamento por parte da Administração. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da determinação dos montantes envolvidos e dos julgamentos significativos relacionados com a classificação dos valores entre ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão de gás e ativos de contrato. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de reconhecimento, mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão de gás e ativos de contrato. Seleção em base amostral, dos materiais, e serviços aplicados às obras que evidenciam os gastos com infraestrutura, com a inspeção de documentação suporte para os custos capitalizados. Recalculamos os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados sobre as obras em andamento além da amortização do intangível de direito de concessão de gás reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Avaliamos se os custos capitalizados atendem aos critérios de capitalização, bem como sua classificação entre ativo financeiro indenizável e intangível de direito de concessão de gás. Efetuamos o cálculo matemático e testamos a metodologia de cálculo utilizada para a classificação dos gastos entre ativo financeiro indenizável e intangível de direito de concessão de gás levando-se em consideração a vida útil do ativo e o prazo de concessão. Classificou-se como ativo financeiro indenizável os valores dos ativos que a vida útil excedeu o prazo de concessão. Efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos. **Porque é um PAA: Mensuração do valor justo das propriedades para investimento - Nota 11.5:** A Companhia apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025, saldo de propriedades para investimento, representado por propriedades agrícolas mensuradas ao valor justo, no valor de R\$ 18.221.781 mil, e reconheceu no resultado do exercício findo nesta data, ganho na mensuração do valor justo no valor de R\$ 1.441.276 mil. A mensuração do valor justo envolve elevado grau de complexidade, uma vez que requer conhecimentos técnicos especializados, incluindo o envolvimento de especialistas externos para a determinação da metodologia para ser utilizada no cálculo da estimativa, efetuada de acordo com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”), bem como a aplicação de julgamentos relevantes pela Administração na definição das premissas adotadas, dentre as quais incluem: pesquisas de preços de propriedades agrícolas no mercado à vista, homogeneização de valores de propriedades, preços de vendas praticadas na região, distâncias, instalações, acesso às terras, topografia e solo, uso da terra considerando o tipo de cultura, nível pluviométrico e taxa de desconto. Devido a relevância dos valores envolvidos, a complexidade e julgamentos da administração na mensuração do valor justo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes ao processo de mensuração do valor justo. Testamos, em base amostral, a mensuração do valor justo das propriedades para investimento preparados pela administração e, em conjunto com nossos especialistas, avaliamos: (i) Se as metodologias utilizadas pela administração são consistentes com os métodos utilizados no mercado; (ii) A razoabilidade das premissas adotadas na identificação e mensuração dos valores justos, comparando-as com dados de mercado

aplicados a transações semelhantes, ou com cotações de vendas para potenciais transações comparáveis; (iii) A coerência lógica e recálculo matemático do modelo preparado pela administração; e (iv) Também em base amostral, analisamos as documentações comprobatórias de posse e propriedade dos imóveis a fim de assegurar a acuracidade dos dados utilizado na mensuração do valor justo. Avaliamos a competência técnica dos especialistas externos da administração envolvidos na mensuração do valor justo. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração para determinação do valor justo das propriedades para investimento, são consistentes com as divulgações efetuadas e com os dados e informações obtidos em nossa auditoria. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de março de 2025, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2024, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2024 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2026

pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	Alessandro Marchesino de Oliveira Contador CRC 1SP265450/O-8
--	---

www.cosan.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>